O Brasil de cabeça para baixo

escrito por Paulo Roberto da Silva Gomes Filho | 9 de maio de 2025

O IBGE acaba de divulgar um novo mapa-múndi em que o Brasil aparece no centro do planisfério e com o Sul voltado para o topo da página. Dessa forma, o mapa representa o mundo “de cabeça para baixo” quando comparado às representações convencionais da cartografia, nas quais o Norte ocupa sempre a parte superior.

O novo mapa destaca em cores os países que integram os BRICS, a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), o Mercosul e o Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA).

Mapa Invertido – Fonte IBGE

Do ponto de vista técnico, a opção por uma representação invertida por parte de um órgão oficial é, no mínimo, controversa. Mapas são tradicionalmente norteados não por convenção aleatória, mas com base em acordos cartográficos internacionais respaldados por critérios geográficos cientificamente aceitos. Alterar essa lógica arbitrariamente pode gerar confusão e comprometer a clareza informativa,

especialmente em contextos educacionais.

Mas o que está em jogo aqui são razões essencialmente políticas – e é sobre elas que me proponho a refletir. A inversão foi justificada pelo presidente do IBGE, Márcio Pochmann, em suas redes sociais: *“A novidade busca ressaltar a posição atual de liderança do Brasil em importantes fóruns internacionais como no BRICS e Mercosul e na realização da COP 30 no ano de 2025.”*

Estar bem informado, tem um custo. Não estar, custa muito mais. Contrate o Paulo Filho para uma conversa com seu time e mantenha-se atualizado sobre questões que podem afetar suas decisões empresariais

A justificativa de Pochmann revela o intento simbólico do mapa: transmitir dois recados. O primeiro, de que o Brasil está “no centro do mundo”; o segundo, de que o chamado “Sul Global” seria agora uma espécie de “novo Norte”, apto a liderar o restante do planeta.

É inegável que mapas embutem visões de mundo e hierarquias simbólicas. A projeção de Mercator – com a qual fomos familiarizados desde os primeiros anos escolares – é uma projeção cilíndrica que mantém as formas dos países, mas distorce suas proporções. Como resultado, os países

localizados em altas latitudes, majoritariamente no Hemisfério Norte, parecem maiores do que realmente são. A Groenlândia, com seus 2,1 milhões de km², muitas vezes aparenta ser maior do que a Austrália, que tem 7,7 milhões de km² — mais de três vezes seu tamanho real. Pensando bem, talvez tenha sido essa representação que inspirou a fixação de Donald Trump pela Groenlândia…

Projeção de Mercator

Outras nações também moldam os mapas segundo sua própria cosmovisão. Os chineses, por exemplo, utilizam representações em que a China ocupa o centro do mundo — algo coerente com seu nome nativo: *Zhōngguó* (□□), ou "País do Meio". O primeiro caractere, □ *(zhōng)*, significa "meio" ou "centro"; o segundo, □ *(guó)*, quer dizer "país" ou "nação". Historicamente, o nome reflete a autopercepção da China como o epicentro civilizacional do mundo conhecido, sobretudo durante os períodos imperiais. Essa centralidade tem sentido não apenas geográfico, mas também cultural, simbólico e político. Porém, nesse tipo de mapa, o Atlântico Sul — tão relevante para o Brasil — praticamente desaparece. Um navegador brasileiro que usasse essa carta para alcançar Angola provavelmente teria dificuldades.

Mapa com a China no Centro

Uma definição simples de geopolítica é que ela trata da aplicação do poder sobre um espaço geográfico. Sob essa ótica, não há novidade na intenção do presidente do IBGE ao usar uma representação cartográfica para transmitir uma mensagem política.

É justamente aí que reside, a meu ver, o erro do mapa. Ao colocar o Brasil voltado para o Sul, ele simbolicamente nos posiciona de costas para o Norte. Isso é problemático por diversas razões – culturais, econômicas e estratégicas. Mas escolho aqui uma motivação simbólica e histórica, relacionada à data da divulgação do mapa: 7 de maio de 2025, véspera do 80º aniversário da vitória aliada na Segunda Guerra Mundial.

O Brasil enviou 25 mil soldados ao “Norte Global” – mais

especificamente à Itália – para combater o nazifascismo. Centenas deles não retornaram. Se o mapa do IBGE destacasse os países aliados na Segunda Guerra, muitos daqueles representados em tons neutros teriam de ser coloridos para marcar os que, juntamente com o Brasil, derramaram o sangue de seus cidadãos em defesa da liberdade e da democracia.

Aliás, se o critério fosse destacar os países democráticos, talvez também houvesse uma inversão inesperada: o IBGE teria que apagar a cor de muitos dos países hoje realçados, justamente por não promoverem a democracia que o Brasil, em sua Constituição, se compromete a promover e defender.

Se você gosta do conteúdo do blog e pode colaborar com sua manutenção, junte-se àqueles que se tornaram apoiadores

clique aqui e saiba como!

O Livro Branco da União Europeia e seus reflexos para o Brasil

escrito por Paulo Roberto da Silva Gomes Filho | 9 de maio de 2025

União Europeia divulga Livro Branco de Defesa

1. Introdução

A comissão Europeia divulgou, no último dia 19 de março, um livro branco denominado Joint White Paper for European Defence Readiness 2030 . Ao fazer o lançamento do documento, a Presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen declarou

que “[…] A arquitetura de segurança na qual confiávamos não pode mais ser tomada como garantida. A Europa está pronta para dar um passo à frente. Devemos investir em defesa, fortalecer nossas capacidades e adotar uma abordagem proativa de segurança”(tradução nossa).

O livro branco é um esforço da União Europeia no sentido de oferecer soluções para resolver problemas críticos existentes na arquitetura de segurança europeia, bem como construir uma sólida base industrial de defesa.

O documento é divulgado no momento em que os europeus percebem que sua prontidão militar para fazer face às crescentes ameaças à segurança europeia, após décadas de investimentos baixos, está muito aquém de suas necessidades.

Esta análise tem a finalidade de destacar os principais pontos do documento europeu, concluindo sobre possíveis repercussões para o Brasil e o Exército Brasileiro.

2. O diagnóstico europeu para o atual ambiente de segurança

As duas primeiras seções do documento encarregam-se de fazer um diagnóstico que apresenta um relato bastante preocupante do ambiente de segurança europeu, enfatizando que a Europa está em um ambiente geopolítico bastante mais hostil e desafiador do que há uma década. Em tom alarmante, destaca que a Europa enfrenta ameaças crescentes por parte de atores externos e que somente a prontidão militar proporcionará a dissuasão necessária para garantir a paz. Ao mencionar que adversários utilizam recursos e tecnologia para atingir seus objetivos estratégicos, destaca que dessa forma eles ameaçam o modo de vida democrático europeu.

O Livro Branco apresenta um sistema internacional que passa por mudanças não vistas desde 1945, que desestabilizam o equilíbrio político que emergiu do pós-Segunda Guerra e do pós-Guerra Fria. Em face a essa realidade, os europeus se veem perante uma escolha fundamental no que concerne ao seu futuro.

Ou a UE age agora para moldar a nova ordem de forma a garantir sua soberania, segurança e prosperidade ou será passiva, o que trará retrocesso, divisão e vulnerabilidade.

O papel da OTAN e da UE na segurança europeia é reconhecido, mas o documento enfatiza que a Europa precisa fazer muito mais. Há uma preocupação com a mudança no foco estratégico dos EUA, que estão cada vez mais priorizando outras regiões em detrimento da Europa. Isso reforça a necessidade dos europeus desenvolverem uma defesa muito mais independente.
O documento trata o futuro da Ucrânia como fundamental para a Europa como um todo, destacando que o resultado da guerra será um fator determinante do futuro coletivo dos países do continente nas décadas que estão por vir. A China é citada como um país autoritário que "busca afirmar sua autoridade e controle sobre a sociedade e a economia" da Europa.

O Livro Branco propõe um massivo aumento nos gastos com defesa, coordenado entre os Estados-membros, visando restaurar a capacidade de dissuasão da Europa. Isso inclui: (1) reforço da base industrial de defesa; (2) desenvolvimento de inovação tecnológica no setor militar; (3) aceleração dos processos de aquisição e suprimento militar; (4) cooperação entre Estadosmembros da EU para enfrentar lacunas críticas nas capacidades de defesa.

Para isto, os europeus propõem o plano "ReArm Europe", que estabelece um quadro para um aumento sem precedentes no investimento em defesa, com metas para 2030. Ele também propõe projetos comuns entre os Estados-membros para melhorar a interoperabilidade e garantir que a Europa tenha uma postura de defesa forte e suficiente dentro desse prazo.
Prosseguindo no diagnóstico, o documento enfatiza que a Europa enfrenta uma proliferação de ameaças que impactam diretamente seu modo de vida e estabilidade. A invasão da Ucrânia pela Rússia, em 2022, acelerou essa percepção, mas o ambiente já era considerado perigoso antes disso. Essa deterioração tem efeitos negativos sobre a política, a economia e a coesão da

UE.

Os europeus consideram que a posição geográfica do continente os expõe a desafios específicos, além da ameaça russa proveniente do Leste: no Sul, a proximidade com o Norte da África e o Oriente Médio, que resultam em impactos de guerras, migração e mudanças climáticas. Ao Norte, o Ártico, que está se tornando um novo palco de competição geopolítica. À Oeste, os EUA,
que estão reavaliando sua presença na Europa, reduzindo seu papel de principal garantidor da segurança europeia.

O documento prossegue constatando que a segurança europeia está ameaçada por ataques híbridos e novas dinâmicas que envolvem: (1) terrorismo e extremismo violento; (2) crime organizado internacional e redes de cibercriminosos; (3) conexões entre esses grupos e Estados hostis, facilitadas por novas tecnologias; (4) ataques cibernéticos, sabotagem e campanhas de desinformação; (5) uso da migração como arma geopolítica.

A Rússia é retratada como a principal ameaça militar convencional à Europa. O país está conduzindo uma guerra mecanizada de alta intensidade, não vista no continente desde 1945, além de ter transformado sua economia em uma economia de guerra, com 40% do orçamento federal e até 9% do PIB dedicados à defesa em 2024 (ante a 6% em 2023). Espera-se que, em 2025, a Rússia supere o gasto militar dos Estados-membros da UE em termos de paridade de poder de compra. O documento cita o fato de Belarus, Coreia do Norte e Irã apoiarem o esforço de guerra russo, além de acusar o país de ameaçar a estabilidade dos Bálcãs, Geórgia, Moldávia e Armênia. Por fim, a apreciação sugere que se a Rússia atingir seus objetivos na Ucrânia, sua ambição territorial se expandirá para outros territórios europeus.

A China é caracterizada como uma ameaça sistêmica, distinta da ameaça russa, lembrando que a potência asiática possui um

modelo autoritário incompatível com os valores da UE, além de buscar primazia econômica, tecnológica e militar e de expandir de forma acelerada suas capacidades nucleares, espaciais e cibernéticas. O documento alerta que uma mudança no status de Taiwan traria graves consequências econômicas e estratégicas para a Europa, especialmente no acesso a tecnologias críticas.

O texto aborda outros fatores de instabilidade global que impactam a segurança europeia. No Oriente Médio, a relação entre Rússia e Irã, o papel de grupos armados e a instabilidade persistente em Israel/Palestina, Síria e Líbano. Na África, os conflitos no Sahel, Líbia e Sudão, além da presença russa e chinesa. No Mar Báltico e Mar Negro, o aumento de sabotagens e ameaças à infraestrutura subaquática crítica. No Espaço, onde há uma crescente contestação da liberdade de operação europeia em domínios estratégicos.

Encerrando o diagnóstico, o Livro Branco destaca que a corrida armamentista global agora é também uma corrida tecnológica, com impacto direto na segurança e competitividade europeias. Tecnologias críticas (IA, computação quântica, biotecnologia, robótica, hipersônicos) são fundamentais tanto para o crescimento econômico quanto para a superioridade militar. O documento lembra ainda que países rivais estão investindo pesadamente em inovação, enquanto a UE precisa melhorar sua capacidade nesse campo e que a dependência excessiva de matérias-primas estratégicas pode ser explorada geopoliticamente.

3. As recomendações sobre o que fazer

3.1 Criar prontidão europeia 2030

Após fazer o diagnóstico, o documento passa a apontar as possíveis soluções para que a Europa construa uma capacidade militar suficiente para dissuadir a ocorrência de uma guerra de agressão no futuro.

Destacando o papel dos Estados-membros da UE, o documento lembra que esses continuam responsáveis por suas próprias forças armadas, incluindo doutrina, mobilização e definição de necessidades militares. Entretanto, o documento reforça a ideia de que a UE deverá ter um papel de facilitação e coordenação, sem interferir diretamente na soberania nacional sobre as forças
armadas. O documento reconhece ainda as especificidades das políticas de defesa dos Estados-Membros, respeitando diferentes graus de envolvimento na segurança coletiva.

Nesse sentido, o Livro Branco prevê que a UE criará as condições necessárias para um investimento maciço antecipado no setor de defesa, reduzindo a burocracia e garantindo previsibilidade para a indústria. A fim de aprimorar a interoperabilidade entre os Estados-Membros, o documento prevê a possibilidade de coordenação na produção e aquisição de

armamentos; criação de padrões comuns para armamentos e tecnologia militares e um estímulo às compras coletivas, o que reduzirá os custos de aquisição.

Além disso, a UE pretende apoiar a criação de infraestrutura de uso dual (civil e militar), o que inclui incremento da mobilidade militar (transporte rápido de tropas e equipamentos) e dos recursos espaciais de comunicação, navegação e observação.

3.2 Completar as lacunas críticas de capacidades

Os estrategistas europeus consideram que, para efetivamente dissuadir qualquer agressão armada externa, os países devem possuir as capacidades necessárias para conduzir todo o espectro de atividades militares. Para isso, os exércitos da UE devem preencher as lacunas de capacidade hoje existentes, "em um espaço de tempo razoavelmente curto", em estreita colaboração com
a OTAN.

O Livro Branco lista sete áreas prioritárias críticas para a construção de uma "defesa europeia robusta".

1. Defesa Antiaérea, contra todo o espectro de ameaças (aeronaves, mísseis de cruzeiro, balísticos e hipersônicos, e aeronaves não tripuladas).
2. Sistemas de Artilharia de campanha e de mísseis, inclusive de longo alcance.
3. Criar um estoque estratégico de munições e mísseis, por intermédio do "Plano Munição 2.0", com capacidade de fabricação suficiente na indústria de defesa para garantir o reabastecimento oportuno.
4. Sistemas de Drones e Sistemas Anti-drones, aéreos, terrestres, e navais (de superfície e subaquáticos), que podem ser operados por um ser humano ou autônomos.
5. Mobilidade militar, com o desenvolvimento de uma rede paneuropeia de corredores terrestres, aeroportos, portos

e infraestrutura de apoio que facilite o transporte rápido de tropas e equipamentos dentro da UE e dos países parceiros.

6. Inteligência artificial, segurança cibernética e guerra eletrônica, melhorando a segurança no ambiente digital, utilizando sistemas com inteligência artificial e computação quântica.
7. Sistemas estratégicos e proteção de infraestrutura crítica, com o desenvolvimento de capacidades estratégicas tais como o transporte aéreo e o reabastecimento de aeronaves, a inteligência, as operações espaciais, os meios seguros de comunicação e a infraestrutura de combustível.

O documento enfatiza a necessidade de as ações de cada um dos Estados da UE no preenchimento de cada uma das capacidades acima listadas seja feita de forma colaborativa, uma vez que a ausência dessa característica foi apontada em documentos da UE como causas de ineficiência e de custos desnecessários.

Embora os autores do texto enfatizem que a segurança de toda a Europa é importante, há um destaque especial para a fronteira oriental da UE, ou seja, os limites do bloco com a Rússia e Belarus, onde serão estabelecidas barreiras físicas e modernos sistemas de vigilância.

Ao mesmo tempo, será lançado um “Diálogo Estratégico com a Indústria de Defesa”, para que sejam discutidas formas de identificar os obstáculos regulatórios e os desafios que impedem que a indústria de defesa europeia possa responder com a máxima agilidade às necessidades dos Estados europeus.

4. A questão da guerra na Ucrânia

O documento destaca que a Ucrânia está na linha de frente da segurança europeia, e que suas necessidades de segurança permanecerão altas, mesmo depois da eventual celebração de um cessar-fogo, o que exigirá dos países europeus, de forma

urgente, um aumento na assistência à Ucrânia, com o foco em duas prioridades.

A primeira será a de aumentar a assistência militar ao país invadido pela Rússia em fevereiro de 2022. Para isso, foram listados uma série de objetivos: fornecer munição de artilharia de campanha, sistemas de defesa antiaérea e drones; treinar e equipar brigadas do exército ucraniano; apoiar a indústria de defesa daquele país, bem como melhorar a mobilidade estratégica, de modo que os corredores de mobilidade europeus sejam integrados aos ucranianos. Por fim, o documento lista como um objetivo melhorar o fornecimento do acesso ucraniano aos equipamentos e serviços espaciais europeus.

A segunda prioridade listada é a de associar a Ucrânia aos esforços europeus de desenvolvimento de capacidades militares e de integração da indústria de defesa europeia. Neste ponto, o Livro Branco destaca que a guerra obrigou a Ucrânia a tornar-se um laboratório para a inovação tecnológica da indústria de defesa, e que as indústrias europeias poderiam se beneficiar de uma transferência de tecnologia de primeira mão sobre como usar a inovação para atingir a superioridade no campo de batalha.

5. Fortalecimento e inovação da Indústria de Defesa

A indústria de defesa da Europa tem, segundo expresso no documento, um papel indispensável para a prontidão da defesa da Europa, bem como para a construção de sua dissuasão.

Entretanto, avalia-se que essa base industrial possui fragilidades estruturais. A primeira é a de não ter a capacidade de produzir sistemas e equipamentos na quantidade e na velocidade requeridas pelos países europeus. Outra, é a de ser muito fragmentada, atendendo primordialmente mercados nacionais, e não a Europa como um todo. Uma terceira fragilidade apresentada é a de o setor receber menos investimentos do que o necessário e ter uma excessiva dependência de fornecedores externos.

Para fazer face a essas fragilidades, a UE propõe apoiar a indústria de defesa em seis eixos estratégicos: (1) Reforço das capacidades industriais em toda a UE. (2) Segurança no fornecimento de insumos críticos e redução de dependências. (3) Criação de um verdadeiro Mercado Europeu de Equipamentos de Defesa. (4) Simplificação de regras e burocracia. (5) Fomento à P&D e à inovação tecnológica. (6) Formação, atração e retenção de talentos especializados.

Nesse sentido, o documento propõe medidas para aumentar a capacidade produtiva da indústria de defesa, sugerindo pedidos estáveis e de longo prazo, com contratos plurianuais e aquisições conjuntas; o lançamento de uma plataforma conjunta de compra de matérias-primas críticas e o desenvolvimento de alternativas locais e apoio à diversificação de fornecedores, reduzindo riscos geopolíticos.
Propõe-se ainda um mercado europeu plenamente integrado, com harmonização regulatória, reconhecimento mútuo de certificações e facilitação de transferências intra-EU, tudo com o objetivo de se ter uma escala industrial, competitividade global e segurança do abastecimento.

O documento reconhece que tecnologias como IA, computação quântica, conectividade segura, robótica, energia alternativa e armas hipersônicas estão transformando a guerra e que a UE deverá encontrar meios de fomentar o desenvolvimento desses campos, investindo em tecnologias de uso dual e na formação de talentos e mão-de-obra qualificada.

6. Aumento dos investimentos em Defesa

A seção 7 do Joint White Paper for European Defence Readiness 2030 apresenta a estratégia para impulsionar significativamente os investimentos em defesa na Europa, considerando que o atual nível de gasto, apesar do aumento recente, ainda é insuficiente frente às ameaças e à comparação com EUA, Rússia e China.

O panorama atual dos investimentos é apresentado da seguinte forma, desde 2021, os gastos de defesa dos Estados-Membros da UE aumentaram 31%, alcançando um nível recorde de €102 bilhões, quase o dobro do que em 2021.

Apesar disso, os estrategistas europeus alertam que a UE ainda gasta menos que a Rússia ou a China, sendo necessário um investimento maciço e sustentado, público e privado, para reconstruir a capacidade de defesa europeia.

Nesse sentido, está sendo lançado o plano "ReArm Europe", com cinco pilares para aumentar os investimentos de defesa da Europa de forma urgente e significativa:

- Criação de um novo instrumento financeiro (Security and Action for Europe – SAFE) – Concessão de empréstimos aos EstadosMembros da UE, garantidos pelo orçamento do bloco, com até €150 bilhões para apoiar investimentos nacionais em defesa.
- Ativação coordenada da "cláusula de escape" do Pacto de Estabilidade – Desbloqueio dos limites de gastos para gastos em defesa, permitindo mais flexibilidade fiscal para os Estados Membros gastarem com defesa.
- Maior flexibilidade no uso de instrumentos financeiros e políticas estruturais já existentes da UE – Reorientação de fundos europeus já existentes, e destinados a outras áreas, como desenvolvimento regional, inovação e infraestrutura, para apoiar a indústria e capacidades de defesa.

- Maior envolvimento do Banco Europeu de Investimento (BEI) – Dobrar o financiamento para projetos de defesa e expandir o escopo de atuação do BEI.
- Mobilização de capital privado – Facilitar acesso a financiamento para empresas de defesa, com foco em pequenas e médias empresas, inovação e garantias contra risco.

Além dos cinco pilares acima, o documento destaca a necessidade de previsibilidade financeira, tratando de explorar novas fontes de financiamento (como o Mecanismo Europeu de Estabilidade), reforçar o próximo orçamento plurianual na área de defesa e sustentar o investimento em longo prazo.

7. Fortalecer a segurança por intermédio de parcerias

O documento prossegue, destacando que os desafios à segurança europeia, como a guerra na Ucrânia, têm implicações globais e exigem respostas coordenadas com parceiros internacionais.
Nesse sentido, os estrategistas europeus reputam a cooperação como sendo crucial para reduzir dependências externas de insumos e tecnologias, diversificar fornecedores estratégicos e desenvolver capacidades militares e fomentar inovação.

A OTAN continua sendo vista como o pilar da defesa coletiva na

Europa. Dessa forma, a cooperação UE-OTAN segue sendo indispensável para desenvolver as capacidades europeias. Os Estados Unidos continuam sendo considerados aliados cruciais, mas demandam que a Europa assuma mais responsabilidade pela sua própria defesa.

O Reino Unido é visto como um aliado europeu essencial, com potencial para firmar uma parceria formal de segurança e defesa com a UE.

Outros dois aliados da OTAN externos ao bloco são citados: a Noruega, que participa plenamente dos programas de defesa da UE, e o Canadá, país com o qual o bloco tem estreitado o diálogo de segurança.

Além disso, a UE buscará manter e ampliar a cooperação com países europeus de fora do bloco, candidatos à adesão ou vizinhos, como Albânia, Islândia, Montenegro, Moldávia, Macedônia do Norte, Suíça. A Turquia merece uma citação especial, uma vez que é parceira de longa data na Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD).

Fora da Europa e da OTAN, o documento indica o desejo da UE de aprofundar a cooperação industrial e em segurança com parceiros-chave da região do Indo-Pacífico, com foco na segurança marítima, com destaque para o Japão, a Coreia do sul, a Austrália, a Nova Zelândia e a Índia.

8. O caminho a seguir

A seção final do Joint White Paper for European Defence Readiness 2030 apresenta uma convocação à ação imediata, destacando a urgência de fortalecer a defesa europeia diante de um contexto geopolítico volátil e de ameaças crescentes.

O White Paper propõe ações concretas e urgentes, a serem tomadas já nos próximos meses:

1. Ativação da “Cláusula de Escape Fiscal” pelos Estados-

Membros até abril de 2025.

2. Adoção urgente do regulamento SAFE, para financiar investimentos em defesa com €150 bilhões.
3. Aprovação do Programa Europeu da Indústria de Defesa (EDIP), incluindo apoio à Ucrânia.
4. Revisão do Fundo de Desenvolvimento Regional da UE, permitindo redirecionamento voluntário de recursos para defesa.
5. Meta de 40% de compras conjuntas de defesa, conforme a Estratégia da Indústria de Defesa Europeia (EDIS).
6. Novo pacote de apoio militar à Ucrânia, com foco em artilharia, defesa aérea e treinamento.
7. Integração da indústria ucraniana de defesa no Mercado Único Europeu e extensão de corredores de mobilidade militar até a Ucrânia.
8. Ampliação do apoio do Banco Europeu de Investimento (BEI) à indústria de defesa.
9. Início de um Diálogo Estratégico com a indústria de defesa, com participação da Agência Europeia de Defesa (EDA) e do Estado Maior Militar da UE.
10. Proposta de um pacote de medidas para simplificar as regras para empresas de defesa que operam na Europa, a fim de ajudá-las a ter melhor acesso ao financiamento e facilitar a produção e a aquisição, chamado “Defence Omnibus”, até junho de 2025.
11. Apresentação da Rota Tecnológica Europeia para Armamentos, com foco em tecnologias avançadas de uso dual.
12. Comunicação conjunta sobre Mobilidade Militar, com propostas legislativas até o fim de 2025.

O documento conclui com um apelo à construção de uma “União de Defesa”, capaz de proteger os cidadãos europeus, defender os interesses e valores da UE e reforçar a resiliência estratégica da Europa diante de um mundo mais perigoso.

A mensagem final do documento indica que a UE deve fazer

escolhas ousadas e responder ao desafio histórico de construir uma Europa segura, soberana e preparada, por dever para com seus cidadãos, seus aliados na OTAN, a Ucrânia e os valores democráticos que representa.

9. Reflexos para o Brasil

O Livro Branco divulgado pelos europeus oferece dois grandes eixos de reflexão estratégica para o Brasil, representando tanto alertas sobre vulnerabilidades internas quanto oportunidades de cooperação, aprendizado e inserção em um novo cenário global de segurança.

9.1 Oportunidades de cooperação

O esforço da União Europeia para fortalecer sua base industrial de defesa – com foco em inovação, tecnologias emergentes e redução de dependências externas – abre espaço para o Brasil buscar parcerias tecnológicas e industriais, especialmente nas áreas de uso dual. Nesse sentido, vislumbra-se como sendo possível o surgimento de oportunidades de cooperação nas áreas de inteligência artificial, robótica, cibernética, guerra eletrônica, sistemas não tripulados, dentre outros.

Com o objetivo europeu de diversificar fornecedores e reduzir dependências, há espaço para o Brasil se posicionar como fornecedor confiável de insumos críticos, componentes ou até produtos acabados para a indústria de defesa europeia, sobretudo em áreas como minerais estratégicos (nióbio, terras raras, etc), produtos químicos e metais especiais, dentre outros. A abertura da UE a “parceiros com valores semelhantes” e a busca por novas parcerias pode ser uma oportunidade para o Brasil, por exemplo, realizar exercícios conjuntos, missões de paz, transferência tecnológica ou formação e intercâmbio militar, dentre outros.

9.2 Alertas para as vulnerabilidades brasileiras

O Livro Branco parte do reconhecimento de que a Europa viveu décadas de subinvestimento em defesa, o que comprometeu sua capacidade de dissuasão. Essa constatação serve como alerta direto ao Brasil, que enfrenta desafios orçamentários crônicos no setor de defesa.

A proposta europeia de desenvolver infraestrutura de uso dual (civil e militar), como corredores logísticos, portos, aeroportos e redes de comunicação, é um exemplo relevante para o Brasil, que também tem vasto território, infraestrutura frágil e vulnerabilidades logísticas.

O documento analisado reconhece que a dependência excessiva dos europeus de terceiros comprometeu sua segurança. O Brasil, que historicamente buscou certa autonomia estratégica, deve refletir sobre seu atual estágio de autonomia estratégica, considerando reforçar esse princípio em suas políticas de defesa e indústria. Nesse sentido, parece claro a necessidade brasileira de
aprimorar suas capacidades próprias em áreas críticas (produção de munição, sensores, sistemas de comando e controle) e aumentar a resiliência em setores chave como energia, cibernética e mobilidade estratégica. Além disso, o incremento da interoperabilidade entre as forças armadas brasileiras, e também com parceiros sul-americanos, dentro do conceito de se buscar uma dissuasão extra regional, parece igualmente relevante.

REFERÊNCIAS

Joint White Paper for European Defence Readiness 2030, divulgado em 18 de março
de 2025 pela Comissão Europeia. Disponível em https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/en/ip_25_793

Dois documentos muito interessantes, que merecem atenção: Relatório Niinisto, disponível em

https://commission.europa.eu/document/5bb2881f-9e29-42f2-8b77-8739b19d047c_en e Relatório Draghi, disponível em https://commission.europa.eu/topics/eu-competitiveness/draghi-report_ en#paragraph_47059

Este artigo foi originalmente publicado na página eletrônica do

Centro de Estudos Estratégicos do Exército

Se você gosta do conteúdo do blog e pode colaborar com sua manutenção, junte-se àqueles que se tornaram apoiadores

clique aqui e saiba como!

Trump abandona aliados e abraça a Rússia

escrito por Paulo Roberto da Silva Gomes Filho | 9 de maio de 2025

Donald Trump surpreendeu o mundo ao postar em sua rede social um comentário no qual culpava a Ucrânia pela guerra, distorcia a verdade ao chamar o presidente Zelensky de “ditador” por não ter convocado eleições no prazo previsto – apesar de seu país estar em guerra – e afirmava que os EUA tinham enviado US$ 350 bilhões à Ucrânia, um valor quase três vezes superior ao montante efetivamente enviado aos ucranianos.

Nos primeiros 30 dias de governo, a administração Trump tem adotado uma postura de confronto com aliados e aproximação com a Rússia. No entanto, essa não foi sempre a visão do presidente. Ou, se foi, seus atos no passado sugerem o contrário.

Em dezembro de 2017, durante seu primeiro mandato, Trump assinou a Estratégia Nacional de Segurança dos EUA. No documento de 68 páginas, a Rússia é mencionada 25 vezes, sempre de forma negativa. O texto alertava que China e Rússia buscavam moldar um mundo contrário aos valores e interesses dos EUA, destacando que Moscou pretendia restaurar seu status de grande potência e estabelecer esferas de influência regionais.

O documento prosseguia em seu diagnóstico, afirmando que a Rússia tinha como objetivo enfraquecer a influência dos EUA no mundo e dividir os norte-americanos de seus aliados e parceiros. Além disso, ressaltava que a Rússia via a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e a União Europeia (UE) como ameaças (NSS, p. 25).

A central continuity in history is the contest for power. The present time period is no different. Three main sets of challengers—the revisionist powers of China and Russia, the rogue states of Iran and North Korea, and transnational threat organizations, particularly jihadist terrorist groups—are actively competing against the United States and our allies and partners. Although differing in nature and magnitude, these rivals compete across political, economic, and military arenas, and use technology and information to accelerate these contests in order to shift regional balances of power in their favor. These are fundamentally political contests between those who favor repressive systems and those who favor free societies.

China and Russia want to shape a world antithetical to U.S. values and interests. China seeks to displace the United States in the Indo-Pacific region, expand the reaches of its state-driven economic model, and reorder the region in its favor. Russia seeks to restore its great power status and establish spheres of influence near its borders. The intentions of both nations are not necessarily fixed. The United States stands ready to cooperate across areas of mutual interest with both countries.

For decades, U.S. policy was rooted in the belief that support for China's rise and for its integration into the post-war international order would liberalize China. Contrary to our hopes, China expanded its power at the expense of the sovereignty of others. China gathers and exploits data on an unrivaled scale and spreads features of its authoritarian system, including corruption and the use of surveillance. It is building the most capable and well-funded military in the world, after our own. Its nuclear arsenal is growing and diversifying. Part of China's military modernization and economic expansion is due to its access to the U.S. innovation economy, including America's world-class universities.

Russia aims to weaken U.S. influence in the world and divide us from our allies and partners. Russia views the North Atlantic Treaty Organization (NATO) and European Union (EU) as threats. Russia is investing in new military capabilities, including nuclear systems that remain the most significant existential threat to the United States, and in

Imagem da página 25 da National Security Strategy (2017)

Acesse o documento completo

Outro trecho do documento alertava para o uso, pela Rússia, de operações de desinformação como parte de seus esforços para influenciar a opinião pública global (NSS, p. 35).

Esse alerta parece mais relevante do que nunca. Segundo o presidente Zelensky, os russos tiveram êxito ao influenciar, pelo menos, um líder mundial: Donald Trump. Após a declaração do presidente norte-americano de que Zelensky contava com apenas 4% de apoio popular, o líder ucraniano rebateu, afirmando que Trump estava imerso na bolha russa de desinformação. De fato, essa alegação sobre a popularidade de Zelensky é uma das muitas narrativas falsas espalhadas pela propaganda russa na internet. Pesquisas independentes, como as

realizadas pelo Instituto Internacional de Sociologia de Kyiv, apontam que, apesar da queda em sua popularidade, Zelensky ainda conta com o apoio de 57% da população ucraniana[1] – um índice superior à aprovação atual de Trump entre os norte-americanos[2].

A guinada de Trump na política externa americana foi drástica. O G7 tenta elaborar um documento sobre os três anos da invasão russa à Ucrânia, mas enfrenta impasses, pois os EUA vetaram o uso da expressão “agressão russa” ou qualquer menção que atribua responsabilidade pelo conflito a Moscou.

Tudo isso favorece a Rússia e fortalece Vladimir Putin em um momento crucial. A mudança de postura que Trump impõe à política externa dos EUA desorienta aliados históricos, especialmente os europeus, que repentinamente se veem isolados diante da ameaça russa. Além disso, essa guinada inaugura uma fase de incerteza que poderá impactar outros atores estratégicos, como Coreia do Sul, Japão, Taiwan e Filipinas, que podem começar a questionar se terão dos EUA o mesmo apoio dispensado no passado. Os próximos meses e anos serão marcados por instabilidades e realinhamentos no cenário internacional, com o risco crescente de conflitos regionais e disputas de poder que poderão redefinir a ordem global.

[1] https://www.bbc.com/news/articles/c9814k2jlxko

[2] https://www.reuters.com/world/us/trumps-approval-rating-slips-americans-worry-about-economy-2025-02-19/

Se você gosta do conteúdo do blog e pode colaborar com sua manutenção, junte-se àqueles que se tornaram apoiadores

clique aqui e saiba como!

Mil dias de guerra na Ucrânia

escrito por Paulo Roberto da Silva Gomes Filho | 9 de maio de 2025

Na noite de 24 de fevereiro de 2022, a expectativa dos comandantes russos, do presidente Vladimir Putin e da maioria dos analistas militares era de que a invasão à Ucrânia seria resolvida em poucos dias. A previsão incluía a rápida capitulação das forças ucranianas e de sua liderança política, culminando em uma vitória acachapante da Rússia. Parecia impossível, ante ao desequilíbrio das forças militares, imaginar que a guerra se estendesse por muito tempo.

Hoje, mil dias depois, graças a uma surpreendente resistência inicial ucraniana, e a uma não menos surpreendente incompetência inicial das forças russas, bem como do socorro material prestado pelo Ocidente, que se organizou rapidamente após os primeiros dias do conflito, os combates prosseguem. Não sem ter cobrado um preço altíssimo, tanto das forças armadas e da sociedade ucraniana, quanto das forças invasoras.

A data de hoje marca, portanto, uma longa jornada de destruição e resistência, no maior conflito europeu desde a Segunda Guerra Mundial. A chegada do milésimo dia, entretanto

apresenta um cenário preocupante, com novos episódios que ampliam os riscos de escalada do conflito.

O primeiro desses acontecimentos foi a chegada de milhares de soldados norte-coreanos, enviados para reforçar as tropas russas. Essa movimentação marca uma perigosa internacionalização das forças em conflito, no que parece ser uma intensificação do esforço da Rússia de expulsar as tropas ucranianas que invadiram a região de Kursk.

O segundo episódio é a utilização, até aqui inédita, pela Ucrânia, dos mísseis americanos ATACAM (Army Tactical Missile Systems) para bombardear um depósito de munições na cidade de Bryansk, a cerca de 100 quilômetros da fronteira. O ataque ocorreu apenas dois dias após o presidente dos EUA, Joe Biden, modificar sua posição inicial e autorizar o uso de armas fabricadas nos EUA – como os mísseis ATACMS – contra alvos em território russo. Essa autorização era uma aspiração antiga dos ucranianos, negada por cerca de dois anos – justamente pelo temor das autoridades americanas de que levasse o conflito a uma escalada que pudesse envolver diretamente a OTAN na guerra.

O terceiro é a resposta russa, que consistiu na mudança de sua doutrina nuclear. A nova versão, publicada hoje, prevê que

ataques convencionais à Rússia, provenientes de países apoiados por potências nucleares, poderiam ser interpretados como ataques conjuntos e, portanto, poderiam ser respondidos com um contra-ataque nuclear. A nova orientação do documento foi delineada exatamente para o que acaba de acontecer: um ataque convencional ucraniano apoiado por uma potência nuclear, os EUA. Essa atualização aumenta o risco de uma escalada nuclear em resposta a ações que antes seriam tratadas apenas no âmbito dos conflitos convencionais

Isso não significa que seja plausível se imaginar que a Rússia vá usar uma bomba atômica contra um país da OTAN. Afinal, os russos sabem que estariam abrindo a Caixa de Pandora que poderia levar a um conflito nuclear de grandes proporções, o que implicaria na mútua destruição dos adversários.

Entretanto, abre uma janela para uma possibilidade muito preocupante: o uso de uma arma nuclear tática contra um alvo em território ucraniano. Os estrategistas russos poderiam partir da premissa de que o uso de uma bomba atômica contra um alvo em território ucraniano não provocaria uma reação nuclear da OTAN contra a Rússia, uma vez que não consistiria em um ataque direto a um país da Aliança. Essa premissa, bastante lógica, permitiria a conclusão de que o risco de uma “mútua destruição assegurada” resultante de um confronto entre

potências nucleares estaria afastada. Tal ataque estaria alinhado com a estratégia de escalar o conflito ao máximo para conseguir a imediata rendição do adversário, estratégia conhecida na doutrina russa como “escalar para desescalar”. Seria, entretanto, uma medida gravíssima e sem precedentes desde 1945, que causaria uma enorme instabilidade no Sistema Internacional.

Como se vê, mil dias após o início do conflito, não há sinais de resolução. Mas, um fato novo terá uma enorme repercussão para os acontecimentos que estão por vir na Ucrânia: a eleição de Donald Trump.

O próximo presidente dos EUA assumirá daqui a 8 semanas, no dia 20 de janeiro, e parece disposto a cumprir sua promessa de impor a paz na Ucrânia. Entretanto, sua única ferramenta para isso parece ser a completa retirada do apoio americano à Ucrânia, o que obrigaria Kiev, por absoluta falta de meios para manter um conflito de alta intensidade, a sentar-se à mesa para negociar sob condições bastante desvantajosas. Isso provavelmente implicaria em grande perda territorial e a uma mitigação de sua soberania, pois provavelmente o país teria que concordar com termos que impedissem sua entrada para a OTAN e que, no mínimo, atrasassem uma eventual adesão à União Europeia.

Tal decisão, se concretizada, colocaria a comunidade internacional diante do dilema de chancelar os resultados de uma guerra de conquista – um ato ilegal segundo o Direito Internacional. Seria a constatação da vigência, em pleno século 21, do descrito por Tucídides, há 2,5 mil anos, no famoso Diálogo Meliano: “Os fortes fazem o que podem, e os fracos sofrem o que devem”.

O efeito colateral de um acordo nesses termos será uma exacerbação das tensões e uma corrida dos fracos para se tornarem fortes. Assim, o eventual cessar dos canhões na Ucrânia por imposição de Trump pode não anunciar um novo

período de paz, mas apenas um breve interregno antes do surgimento de um novo conflito.

Se você gosta do conteúdo do blog e pode colaborar com sua manutenção, junte-se àqueles que se tornaram apoiadores

clique aqui e saiba como!

Primeiras impressões sobre o ataque israelense ao Irã

escrito por Paulo Roberto da Silva Gomes Filho | 9 de maio de 2025

Esperada há quase um mês, a resposta israelense ao ataque iraniano do dia 1º de outubro finalmente ocorreu. Abaixo, compartilho o que sei até agora, com algumas reflexões sobre o que pode estar por vir:

1. A força aérea de #Israel conduziu, na noite de ontem (horário de Brasília, madrugada em Teerã), um ataque ao Irã. Utilizando cerca de 100 aeronaves de combate, entre caças e drones armados, os ataques se concentraram em aproximadamente 20 alvos de natureza militar. Divididos em três levas, os ataques tinham o claro objetivo de degradar as capacidades de defesa antiaérea do Irã, incluindo radares e baterias de mísseis e foguetes, além de locais de produção e estocagem de mísseis. A operação durou cerca de quatro horas, com as aeronaves percorrendo aproximadamente 2 mil quilômetros, o que

certamente exigiu reabastecimento em voo. Segundo fontes israelenses, todas as aeronaves retornaram às suas bases sem baixas.
2. Levará alguns dias para que se possa avaliar com mais precisão os efeitos dos ataques sobre os alvos. Nas próximas semanas, análises de imagens de satélite trarão essa resposta. Embora as autoridades iranianas estejam minimizando os impactos – uma estratégia que lhes permite evitar uma retaliação imediata – é possível que o ataque israelense tenha realmente comprometido capacidades críticas de defesa antiaérea do Irã, facilitando possíveis novos ataques no futuro.
3. As aeronaves israelenses utilizaram o espaço aéreo da #Siria e do #Iraque, também bombardeando sistemas de defesa antiaérea nesses países. No #Irã, os ataques atingiram bases militares em Teerã, bem como locais nas províncias de Ilam e Khuzistão. Foi um ataque limitado, aparentemente calibrado para permitir que o Irã encerre as rodadas de ataques mútuos.

4. O Irã, que informou que os ataques causaram duas baixas entre seus militares, enfrenta um dilema: se retaliar, sabe que o próximo ataque israelense poderá ser ainda mais intenso; se não o fizer, corre o risco de parecer fraco perante sua própria população e seus aliados, especialmente o Hezbollah, o Hamas e os Houthis.
5. Até agora, a resposta oficial do Irã veio por meio do Ministério das Relações Exteriores, que acusou Israel de aumentar as tensões na região, afirmando que Teerã tem “o direito e a obrigação de se defender contra atos de agressão

estrangeira”.
6. A decisão sobre os próximos rumos dos acontecimentos está nas mãos dos iranianos. Suas lideranças não desejam uma escalada maior com Israel, mas certamente há vozes influentes no país clamando por uma resposta mais enérgica, o que facilmente poderia desencadear um conflito regional. O Oriente Médio caminha na corda bamba.

Se você gosta do conteúdo do blog e pode colaborar com sua manutenção, junte-se àqueles que se tornaram apoiadores

clique aqui e saiba como!

A ação militar israelense contra o Irã à luz do pensamento de um velho general francês

escrito por Paulo Roberto da Silva Gomes Filho | 9 de maio de 2025

André Beaufre (1902–1975) foi um general e teórico militar francês, cujas formulações tiveram grande impacto sobre os estudos estratégicos do século XX, com grande influência, inclusive, sobre o pensamento estratégico do Exército Brasileiro. Formado na Escola Militar de Saint-Cyr, Beaufre participou de vários conflitos importantes, incluindo a Segunda Guerra Mundial, a Guerra da Indochina e a Guerra da Argélia. Sua carreira militar foi marcada por uma combinação de experiência prática no campo de batalha e reflexões teóricas profundas sobre o uso da força e a natureza da guerra.

Sua obra mais influente foi “Introdução à Estratégia”, de 1963. Nessa obra, Beaufre ultrapassa simples considerações acerca de forças militares ou sobre táticas de combate, para tratar do que ele considerava a finalidade da Estratégia, qual seja, atingir os objetivos fixados pela política, utilizando da melhor maneira os meios à disposição do Estado.

Compre o livro Introdução a Estratégia, de André Beaufre

Para Beaufre, o modelo estratégico a ser escolhido para o atingimento dos objetivos políticos dependia de alguns fatores essenciais: a liberdade de ação, as forças materiais, as forças morais, e o tempo disponível.

A Liberdade de Ação (K) diz respeito à capacidade do Estado de agir com independência estratégica, sem ser bloqueado ou limitado por fatores políticos, diplomáticos ou operacionais. Isso está ligado à capacidade de manobra, tanto militar, quanto política e diplomática.

As forças materiais (F) referem-se aos recursos tangíveis disponíveis para a execução da estratégia, como armamentos, infraestrutura militar, logística, mão de obra, entre outros.

Por sua vez, **as Forças Morais (Y)** são os fatores intangíveis que incluem a vontade, a motivação e a capacidade de uma nação ou de uma força militar em manter o esforço de guerra, mesmo em face de adversidades. Esses podem incluir a coesão nacional, a moral das tropas, a legitimidade de uma causa e a resiliência psicológica da população.

Finalmente, **o tempo disponível (T)** para a execução da estratégia deve ser confrontado com o necessário para o atingimento dos objetivos. O passar dos dias, das semanas, dos meses e dos anos pode causar mudanças significativas no cenário estratégico, criando urgências que interferem na escolha do modelo estratégico.

Os fatores acima podem ser, portanto, delineados em uma "Fórmula Geral da Estratégia", na qual o impulso estratégico (S) é diretamente proporcional aos fatores liberdade de ação, forças materiais, forças morais e tempo disponível.

$$S = K.F.Y.T$$

Um impulso estratégico elevado favorece a adoção de um modelo estratégico que privilegie ações diretas, como o conflito violento. Um impulso estratégico menor, indica a adoção de

estratégias indiretas, na qual o essencial da decisão é obtido por outros meios à disposição do Estado, que não o meio militar, como os econômicos ou diplomáticos.

As ferramentas oferecidas por Beaufre ajudam a compreender as opções estratégicas adotadas pelo Estado de Israel na crise em andamento entre aquele país e o Irã. Vejamos cada um dos fatores.

A liberdade de ação do governo israelense para atuar contra o Irã é alta. Ao se analisar o sistema internacional, observa-se que os países ou organismos internacionais que poderiam exercer alguma pressão que diminuísse tal liberdade de ação, por diferentes razões, não estão em condições de exercê-la. Os EUA, envoltos na acirrada campanha eleitoral do próximo mês e a Rússia, em guerra, não têm, no momento, o poder de influência/coerção que já tiveram no passado. A ONU, que está com seu Conselho de Segurança completamente paralisado, é incapaz de chegar a qualquer consenso que pudesse limitar as ações israelenses. Do ponto de vista interno, apesar de enfrentar uma oposição forte, no que concerne ao Irã, o governo tem total liberdade de executar suas estratégias conforme planejadas.

As forças de defesa de Israel possuem forças materiais, ou

seja, capacidades militares, suficientes para fazer face ao desafio imposto pelo Irã, contando com equipamentos modernos, uma força bem treinada e com larga experiencia de combate. Além disso, sempre pode contar com o apoio norte-americano, especialmente para complementar sua defesa antiaérea e com preciosas informações de inteligência.

As forças morais, representadas pela coesão nacional em torno das decisões tomadas pelo governo israelense em relação à crise com o Irã talvez seja o aspecto mais controverso da análise. Sabidamente, o governo dirigido pelo Primeiro-ministro Benjamim Netanyahu enfrenta uma forte oposição interna, que antecede à presente crise e se agrava em relação ao confronto com o Hamas, na Faixa de Gaza, em razão da incapacidade em resgatar os reféns que, um ano depois de terem sido sequestrados, continuam nas mãos dos terroristas. Entretanto, as espetaculares e muito exitosas ações contra a liderança do grupo Hezbollah, bem como o desejo de reagir ao ataque iraniano, que lançou cerca de 200 mísseis balísticos contra o território israelense, acabam por criar um quase consenso entre os israelenses de que chegou a hora de uma ação mais contundente contra o Irã. Além disso é sempre bom lembrar que, apesar das divisões, Israel historicamente é capaz de unir-se quando confrontado com ameaças externas, como é o caso atualmente.

O tempo disponível, último aspecto levantado por Beaufre, não é, atualmente, limitante para as ações israelenses contra o Irã. Entretanto, caso a crise se prolongue no tempo, certamente a pressão internacional pelo fim das hostilidades aumentará. Isso certamente poderá criar um sentimento de urgência que tende a aumentar o impulso estratégico israelense.

Assim, pode-se concluir que todos os aspectos levantados pelo general francês indicam que Israel tem um alto impulso estratégico para a resposta ao ataque iraniano. Isso pressupõe, conforme indica Beaufre, uma tendência pela opção de um modelo de ação que privilegie uma ação direta, com a utilização das ferramentas militares disponíveis, em um conflito de alta intensidade e, se possível, de curta duração.

À luz da teoria de Beaufre, Israel parece reunir todos os elementos para justificar uma ação direta e decisiva contra o Irã, uma vez que sua liberdade de ação, forças materiais, e tempo disponível estão claramente a seu favor. Embora existam tensões internas que possam impactar as forças morais, o desejo de responder aos recentes ataques pode gerar o consenso necessário para uma estratégia militar de curto prazo. Contudo, os desdobramentos diplomáticos e as pressões internacionais também terão um papel crucial na manutenção desse impulso estratégico caso o conflito perdure longo do tempo.

Se você gosta do conteúdo do blog e pode colaborar com sua manutenção, junte-se àqueles que se tornaram apoiadores

clique aqui e saiba como!

Comunidade Global de Futuro Compartilhado: a Grande Estratégia da China para a conformação de uma nova Ordem Internacional

escrito por Paulo Roberto da Silva Gomes Filho | 9 de maio de 2025

Este artigo foi originalmente publicado na página eletrônica do Centro de Estudos Estratégicos do Exército

1. Introdução

A presente análise destina-se a apresentar três documentos oficiais que, dentre outros, conformam a Grande Estratégia da República Popular da China. Foram escolhidos aqueles que mais diretamente se relacionam à área de Segurança e Defesa e que impactam a Política Externa Brasileira, consequentemente sendo de interesse para o planejamento e a execução das atividades internacionais do Exército Brasileiro. Trata-se dos documentos “Comunidade Global de Futuro Compartilhado”, “Inciativa Cinturão e Rota” e “Iniciativa de Segurança Global”.

O presidente Xi Jinping, da China, possui uma ideia muito clara da direção para onde quer levar o país sob sua liderança. Ele já sintetizou seu desejo por intermédio da formulação do “sonho chinês” representado pela “grande revitalização da nação chinesa” [1]. Trata-se de uma visão nacionalista, originada no movimento republicano que derrubou a Dinastia Qing, no início do século XX, e que tem por objetivo fortalecer o país, restaurando seu status de grande potência, uma verdadeira busca da reconquista de uma grandeza perdida. Segundo este entendimento, os cerca de cem anos que transcorreram entre a Primeira Guerra do Ópio (1839), ainda na Dinastia Qing, e a vitória da Revolução Comunista (1949) constituem o “século da vergonha” no qual a China perdeu sua grandeza em virtude da espoliação de suas riquezas pelas potências colonialistas e pelo Japão. A grande revitalização da nação chinesa é um conceito que inclui dimensões políticas, econômicas, militares, científico-tecnológicas, sociais e ambientais, todas elas voltadas para uma “reconstrução nacional”.

Trata-se de um conceito diretamente relacionado ao de “Grande Estratégia”. De acordo com Rushi Doshi (2021), Grande Estratégia é uma teoria de como o Estado atinge seus grandes objetivos relacionados à segurança de uma forma que é ao mesmo tempo intencional, coordenada, e implementada pelos múltiplos meios que o Estado dispõe: militares, econômicos e políticos. Ou seja, é uma responsabilidade do governo em todo o seu conjunto, extrapolando áreas ou setores específicos. Ainda segundo Doshi, o que faz uma estratégia “grande” não é simplesmente o tamanho dos objetivos estratégicos que estão sendo perseguidos, mas também o fato de que diferentes meios à disposição do Estado são empregados para seu atingimento. Esse tipo de capacidade de coordenação é rara, de forma que a grande maioria dos Estados não possui uma Grande Estratégia.

No peculiar sistema de governo chinês, onde o “Partido comanda tudo” (Friedberg, 2023), o Conselho de Estado da República Popular da China é o órgão máximo do poder executivo, estando este poder, tanto quanto o poder judiciário, subordinados ao legislativo liderado pelo Partido Comunista. Trata-se de uma estrutura que abarca todos os ministérios e é atualmente liderada pelo Primeiro-Ministro Li Qiang, que assumiu o cargo em março de 2023.

O Conselho de Estado possui uma página na rede mundial de computadores (english.www.gov.cn), onde se encontram publicados uma série de documentos oficiais do governo chinês. Dentre esses, estão listados noventa e sete White Papers, produzidos entre 31 de março de 2011 e 23 de janeiro de 2024. Dentre esses, destaca-se o documento A Global Community of Shared Future: China’s Proposals and Actions.[2]

É importante destacar, de início, que os documentos a seguir brevemente apresentados são declaratórios, expondo uma série de intenções que, evidentemente, devem ser cotejadas com a realidade empírica para que se possa estabelecer um juízo de valor sobre sua real aplicação em termos práticos.

2. A “Comunidade Global de Futuro Compartilhado”

Publicado em setembro de 2023, possui trinta e sete páginas,

divididas em um prefácio, cinco seções e uma conclusão. Trata das propostas e ações que a República Popular da China considera serem as suas contribuições para os esforços globais para proteger a Terra – o lar compartilhado de toda humanidade – e "criar um futuro melhor e mais próspero para todos". Em uma linguagem quase poética, o documento afirma que "para construir uma comunidade global de futuro compartilhado, todos os povos, todos os países e todos os indivíduos – nossos destinos estão interconectados – devem permanecer juntos na adversidade e não importa o quão difícil seja, navegar em direção a uma maior harmonia neste planeta que chamamos de lar".

Segundo o texto, a ideia de uma comunidade global de futuro compartilhado, lançada pelo presidente Xi Jinping em 2013, vem ganhando apoio internacional. O documento afirma que desde a dimensão bilateral até a multilateral, e da regional à global, teriam sido alcançados resultados inovadores em todas as frentes. As quatro iniciativas que baseiam a proposta, a Iniciativa Cinturão e Rota, a Iniciativa de Desenvolvimento Global, a Iniciativa de Segurança Global e a Iniciativa Civilização Global, teriam criado raízes e frutificado, "trazendo prosperidade e estabilidade ao mundo e criando benefícios substantivos para as pessoas".

Enfatiza-se a ideia de que a interdependência entre as nações é uma tendência predominante ao longo da história, que foi intensificada pelos avanços atuais da tecnologia da informação, levando os países a um ponto inédito de interconexão e interdependência. Mas, ao mesmo tempo que o mundo alcança tal nível de interdependência, a humanidade se depara com desafios globais que exigem uma resposta unificada de todas as nações. O documento aponta que os deficits de paz, desenvolvimento, segurança e governança somente podem ser enfrentados pelo trabalho conjunto da comunidade internacional.

Assim, reafirma-se que a China defende um novo tipo de

relações internacionais, assentadas no “respeito mútuo, na equidade, na justiça e na cooperação vantajosa para todos”, com o objetivo de desenvolver parcerias globais e “construir uma comunidade com um futuro partilhado para a humanidade”.

Ao apontar os caminhos a serem seguidos para alcançar esse “futuro compartilhado”, o documento indica algumas soluções. A primeira seria a busca de um novo tipo de globalização, que superasse os problemas apontados no modelo atual das relações internacionais, no qual a globalização econômica não refletiria as demandas, nem representaria os interesses dos países em desenvolvimento. A “lei da selva, o jogo de soma zero e a mentalidade do ganhaou-perde ou de quem ganha-leva-tudo” exacerbariam a divisão entre ricos e pobres, como seria evidenciado pelo crescente fosso entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, e dentro dos países desenvolvidos.

Ao invés disso, os países deveriam seguir uma política de abertura e se opor explicitamente ao protecionismo, à construção de cercas e barreiras e às sanções unilaterais, de modo a conectar as economias e construir conjuntamente uma economia mundial aberta.

O documento afirma que a China defende a paz, o desenvolvimento, a equidade, a justiça, a democracia e a liberdade, como sendo os valores comuns da humanidade. Entretanto – e isso é importante – destaca que diferentes civilizações têm entendimentos diferentes sobre a natureza desses valores. E faz uma comparação com a Coca-Cola, em evidente crítica aos Estados Unidos.

> *Democracy and freedom are the common goals of humanity. There is no single model of democracy that is universally applicable, far less a superior one. Democracy is not Coca-Cola, tasting the same across the world as the syrup is produced in one single country. Democracy is not an ornament, but a solution to real problems. Attempts to monopolize the "patent" of democracy, arbitrarily define the "standards" of democracy, and fabricate a false narrative of "democracy versus authoritarianism" to provoke confrontation between political systems and ideologies are practices of fake democracy. Promoting the common values of humanity is not about canonizing the values of any particular country, but about seeking common ground while reserving differences, harmony without uniformity, and fully respecting the diversity of civilizations and the right of all countries to independently choose their social systems and development paths. (China, 2023)*

O trecho destacado acima, que usa a Coca-Cola como metáfora, expressa a visão chinesa sobre democracia e liberdade, enfatizando uma diversidade de modelos democráticos e a rejeição da imposição de um único padrão universal. Desse modo, a democracia e a liberdade são objetivos comuns para toda a humanidade. No entanto, o documento defende que não existe um modelo único de democracia que possa ser aplicado universalmente, muito menos um que seja superior aos outros. Essa afirmação sugere que cada país deve ter a liberdade de desenvolver sua própria forma de democracia, adaptada às suas condições e necessidades específicas. Essa visão está alinhada com a abordagem diplomática da China, que defende a não interferência nos assuntos internos de outros países – e, por conseguinte, a não interferência de potências estrangeiras em sua próprias questões, como Taiwan, Tibete e Xinjiang, por exemplo – e a promoção de um mundo multipolar onde diferentes sistemas políticos e modelos de desenvolvimento possam coexistir pacificamente. Através dessa declaração, a China

está, ao mesmo tempo, respondendo às críticas ocidentais sobre seu sistema político e promovendo sua visão de uma ordem internacional que seria, segundo seu entendimento, mais inclusiva e diversa.

Na última seção do documento, o governo chinês lista o que considera serem as principais contribuições do país no caminho da construção de uma humanidade de futuro compartilhado.

Em seguida, passa a tratar das três iniciativas globais que foram lançadas de forma concomitante à Iniciativa da Humanidade de Futuro Compartilhado: a Iniciativa de Desenvolvimento Global, a Iniciativa de Segurança Global, e a Iniciativa de Civilização Global.

Por meio da Iniciativa de Desenvolvimento Global, a China apresenta o que diz ser seu compromisso com o desenvolvimento global. O objetivo fundamental da iniciativa seria acelerar a implementação da Agenda 2030 da ONU para o Desenvolvimento Sustentável. Dessa forma, o documento passa a apresentar iniciativas práticas, como a criação de um fundo destinado ao desenvolvimento global e à cooperação Sul-Sul, no valor de US$ 4 bilhões, além de muitas outras iniciativas bilaterais e multilaterais de cooperação.

Por meio da Iniciativa de Segurança Global, a China afirma que

procura trabalhar com a comunidade internacional na defesa do espírito da Carta das Nações Unidas, abordando os riscos e desafios de segurança tradicionais e nãotradicionais com uma “mentalidade de ganha-ganha e criando um novo caminho para a segurança que caracterize o diálogo sobre o confronto, parceria sobre aliança, e resultados ganha-ganha sobre jogo de soma zero”. Nesse sentido, o documento lista uma série de iniciativas nas quais a China desempenharia um papel relevante na busca de soluções para graves questões de segurança internacional, destacando sua efetiva atuação militar nas missões de paz da ONU. Esta iniciativa será melhor detalhada mais à frente, neste documento.

Por meio da Iniciativa Civilização Global, a China defende o respeito pela diversidade das civilizações, seus valores comuns e o intercâmbio e a cooperação internacionais mais estreitos. A Iniciativa Civilização Global faz “um apelo sincero para que o mundo melhore os intercâmbios e o diálogo entre civilizações e promova o progresso humano com inclusão e aprendizado mútuo, inspirando a construção de uma comunidade global de futuro compartilhado”.

As três iniciativas acima ressoam aspectos do Realismo Moral, uma teoria de Relações Internacionais desenvolvida pelo professor chinês Yan Xuetong. Yan (2019) acredita que a China somente ultrapassará os EUA na liderança do Sistema Internacional se adotar as políticas certas, sendo um Estado “grande e responsável”. Isso não acontecerá apenas pelas ações chinesas, mas sim a partir da percepção que os outros Estados tiverem das atitudes da potência oriental. Dito de outra forma, a China somente será “grande e responsável” se assim for vista pelos outros países. Para que isso seja alcançado, o Realismo Moral enfatiza os valores morais de “retidão e benevolência” sobrepujando os valores ocidentais de “igualdade e democracia”. A teoria apela a uma política de liderança pelo exemplo, que evitaria os “padrões duplos”, que Yan identifica nas práticas ocidentais, especialmente nas dos EUA.

É também inevitável relacionar o texto ao que Amitav Acharya (2019) denomina “Idealismo Cultural” chinês. Segundo esse autor, há um modelo moral, comportamental, afetivo e cultural na identidade chinesa, oriundo de uma cultura milenar e tradicional, que seria propensa ao entendimento mútuo, e à cooperação entre as nações em busca da paz e de uma governança global.

Assim, fica claro que os estrategistas chineses buscam, por intermédio do documento, demonstrar que o futuro que imaginam para a humanidade está fortemente baseado na integração dos valores culturais e dos princípios diplomáticos chineses, promovendo uma visão que “reflete tanto a sua herança histórica como as suas aspirações globais modernas”. Trata-se, portanto, de um novo modelo de Ordem Internacional, que superaria a Ordem Liberal vigente, erigida no pós-guerra e liderada pelos Estados Unidos.

É claro que aquilo que é expresso no documento é o que o Estado chinês declara praticar. Nem sempre as políticas declaradas são as efetivamente praticadas, e a leitura sempre deve ser realizada de forma crítica e com este fato em mente.

Finalmente, o documento “A Global Community of Shared Future: China’s Proposals and Actions” apresenta vários elementos que indicam sua conexão com uma Grande Estratégia da China, conforme a definição de Rushi Doshi (2021) sobre a coordenação intencional de meios militares, econômicos e políticos para atingir objetivos estratégicos de longo prazo. Aqui estão algumas evidências nesse sentido:

1. **Coordenação de Políticas e Iniciativas Globais**. O documento detalha várias iniciativas chinesas, como as já citadas Iniciativa Cinturão e Rota, Iniciativa de Desenvolvimento Global, Iniciativa de Segurança Global, e Iniciativa Civilização Global. Essas iniciativas conformam claramente esforços coordenados que integram meios econômicos, políticos e de segurança para

fortalecer a influência global da China e moldar uma nova ordem internacional mais favorável aos interesses chineses.

2. **Proposição de uma Nova Ordem Internacional.** O documento descreve a visão chinesa para um “futuro compartilhado”, que desafia a atual ordem internacional liderada pelo Ocidente e propõe uma nova abordagem para a governança global, a cooperação internacional e a segurança coletiva. Esta visão inclui a promoção de uma “nova abordagem para as relações internacionais”, que enfatiza o respeito mútuo, a justiça, a igualdade e a cooperação benéfica para todos.
3. **Integração de Valores Culturais e Diplomáticos.** O documento também enfatiza a integração dos valores culturais chineses, as tradições diplomáticas e as lições históricas nas práticas e na estratégia exterior da China. Isso indica uma tentativa deliberada de moldar a percepção global sobre a China e posicionar suas tradições e valores como fundamentais para o futuro da governança global.
4. **Foco em Segurança e Desenvolvimento Sustentável.** Há um esforço significativo para conectar as iniciativas de desenvolvimento com a segurança global e a estabilidade, refletindo uma abordagem holística que interliga o crescimento econômico com a segurança e a influência política. Isso é evidente no esforço para promover a segurança através do desenvolvimento e vice-versa, argumentando que a segurança e o desenvolvimento são indissociáveis e fundamentais para a estabilidade internacional.
5. **Resposta aos Desafios Globais com Iniciativas Chinesas.** Através de várias propostas, como a Iniciativa de Segurança Global e a Iniciativa Civilização Global, a China pretende posicionar-se como uma força líder no enfrentamento de desafios globais, propondo soluções que alinham os interesses internacionais com sua visão e liderança, refletindo uma estratégia abrangente para

aumentar sua influência e moldar a ordem internacional de acordo com seus interesses.

3. A Iniciativa Cinturão e Rota

O documento que trata da Iniciativa Cinturão e Rota (ICR) [3], tradução para o Português preferida pelos chineses para “Yīdài yīlù □□□□” – “Belt and Road Initiative”, em inglês, ou, como também é conhecida no Brasil, a “Nova Rota da Seda”, foi publicado em outubro de 2023, embora a Iniciativa seja bastante anterior a isso. Trata-se de um arrazoado de vinte e três páginas, constituído por um preâmbulo, cinco capítulos e uma conclusão.

No texto, a ICR, proposta pelo presidente Xi Jinping em 2013, é apresentada como “uma plataforma para a construção de uma comunidade global de futuro compartilhado”. Nesse sentido se busca enfatizar um caráter mutuamente benéfico dos projetos da iniciativa, que seriam “propostos pela China, mas pertencentes a todo o mundo”.

Figura 1 - Países que aderiram à ICR

Fonte https://greenfdc.org/

O texto faz uma relação histórica entre o “Cinturão” e a rota da seda ancestral, que há mais de dois mil anos ligou o Oriente ao Ocidente por intermédio das caravanas que atravessavam os desertos para promover o comércio,

impulsionando o desenvolvimento regional e a prosperidade e moldando o “espírito da Rota da Seda, caracterizado pela paz e cooperação, abertura e inclusão, aprendizado e benefício mútuos”. Segundo a narrativa do documento, o “Cinturão” não era apenas um empreendimento comercial, mas também uma experiência de grandes trocas culturais, que proporcionou um grande impulso para o progresso da humanidade.

A “Rota”, por sua vez, se correlaciona historicamente com as rotas marítimas singradas pelos navegadores do passado, com as mesmas finalidades e ganhos atribuídos ao “Cinturão”. Com isso, o documento busca fazer uma ligação histórica com um passado de cooperação e ganhos mútuos (uma relação “win-win”) na relação entre a China e diferentes povos.

Há um nítido esforço em se apresentar a iniciativa como sendo “aberta e inclusiva”, uma vez que os empreendimentos por ela promovidos seriam fruto de extensivas consultas, contribuições conjuntas, e benefícios compartilhados. O desenvolvimento resultante das iniciativas contribuiria para a construção de um mundo mais pacífico, mais próspero e mais aberto, com mais inovação e progresso social.

Nesse sentido, o documento afirma que, para promover uma maior conectividade através da cooperação da ICR, a China procurará “facilitar a coordenação política, a conectividade de infraestruturas, o comércio desimpedido, a integração financeira e os laços mais estreitos entre pessoas”.

Como se vê, a Iniciativa é apresentada como uma ferramenta para o desenvolvimento não só da China, mas para todo o mundo. Afirma que a globalização econômica continua a ser uma tendência irreversível, e que é impensável um mundo em que os países voltem a um estado de isolamento. Entretanto, segundo os chineses, a globalização econômica foi dominada por poucos países que não têm contribuído para um desenvolvimento comum que traga benefícios a todos. Em vez disso, sempre segundo o texto, teria aumentado a diferença entre ricos e pobres, entre

países desenvolvidos e em desenvolvimento, e mesmo dentro dos próprios países desenvolvidos.

Dessa forma, os países em desenvolvimento pouco teriam se beneficiado da globalização econômica e até teriam perdido sua capacidade de desenvolvimento independente, o que dificultaria seu acesso ao caminho da modernização. Em uma crítica velada aos EUA, o texto assevera que "alguns países praticariam o unilateralismo, o protecionismo e o hegemonismo, dificultando a globalização econômica e, com essa postura, estariam ameaçando provocar a ocorrência de uma recessão econômica global".

Atento ao espírito do tempo e às mudanças impostas pela crise climática, o documento apresenta a ICR como uma forma de a China compartilhar sua experiência em produção de energia renovável, proteção ambiental e produção limpa, empregando tecnologia, produtos e expertise na promoção do desenvolvimento verde.

O documento insiste que a Iniciativa se baseia em princípios de amplas consultas, contribuições conjuntas e benefícios compartilhados. Defende uma cooperação ganha-ganha na persecução de um bem maior e de interesses partilhados. Enfatiza que todos os países são participantes, contribuintes e beneficiários iguais, e incentiva a integração econômica, o desenvolvimento interligado e a partilha de conquistas.

Assim, um projeto que visa, na prática, ao financiamento e construção de obras de infraestrutura que beneficiarão as trocas comerciais entre diversos países e a China, é apresentado como uma verdadeira panaceia, um passaporte para um mundo muito melhor para todas as nações.

Da análise qualitativa do texto, percebem-se claramente vários indícios de que ele se alinha com uma Grande Estratégia chinesa, nos termos apresentados por Doshi (2021):

1. **Alinhamento com objetivos estratégicos chineses.** O

documento ressalta que a Iniciativa Cinturão e Rota é uma extensão moderna das antigas rotas da seda e visa a promover uma comunidade global de futuro compartilhado. Isso se alinha com os objetivos estratégicos chineses de estabelecer uma influência mais profunda em uma escala global, através da criação de conexões econômicas, políticas e culturais mais fortes, especialmente entre a Ásia, a Europa e a África.

2. **Promoção de uma conectividade multidimensional**. A Iniciativa enfatiza o desenvolvimento de infraestrutura física e institucional para melhorar a conectividade entre os países participantes. Este esforço, apesar de proporcionar ganhos comerciais, não é apenas econômico, mas também um meio de fortalecer os laços políticos e culturais, essenciais para a expansão da influência e soft power chineses.
3. **Integração econômica e cooperação internacional.** O projeto descreve a Iniciativa como uma plataforma para o desenvolvimento econômico compartilhado, promovendo investimentos e cooperação em infraestrutura, que é vista como uma forma de integrar economias de diferentes regiões mais profundamente na esfera econômica global liderada pela China.
4. **Sustentabilidade e desenvolvimento verde**. A estratégia inclui um forte componente de desenvolvimento sustentável e verde, refletindo a coordenação de objetivos econômicos e ambientais com a agenda de política externa, posicionando a China como um líder em iniciativas globais de desenvolvimento sustentável.
5. **Envolvimento e benefícios compartilhados**. A iniciativa é descrita como um esforço colaborativo que busca envolver múltiplos países e regiões, oferecendo benefícios mútuos, o que reforça o objetivo estratégico da China de se posicionar como uma potência benevolente e cooperativa no cenário mundial.

Pode-se perceber claramente aquilo que Doshi (2021) apresenta

como aspectos constituintes de uma grande estratégia, quais sejam, a intencionalidade e a coordenação das ações, que são implementadas por múltiplos meios do Estado chinês, especialmente por intermédio de meios políticos e econômicos.

Embora no documento não sejam apresentadas ações implementadas por meios militares, aquelas diretamente relacionadas à segurança do Estado, é claro que, como mostra a teoria realista de John Mearsheimer (2014), se a China se transformar em uma potência econômica, é quase certo que vá transformar os ganhos econômicos em ganhos militares (Mearsheimer, 2014).

Dessa forma, pode-se concluir parcialmente que a presença de todos esses elementos indica que a Iniciativa Cinturão e Rota é uma valiosa ferramenta, inserida em uma estratégia chinesa muito mais ampla, para a expansão de sua influência global em persecução de objetivos que se enquadram no que pode ser compreendido como sendo uma Grande Estratégia chinesa.

4. A Iniciativa de Segurança Global

A "Iniciativa de Segurança Global" (ISG)4 foi lançada em fevereiro de 2023. Ela forma, juntamente com a Iniciativa Belt and Road, a Iniciativa de Desenvolvimento Global e a Iniciativa da Civilização Global, os quatro pilares da proposta chinesa de uma nova ordem internacional, consubstanciada na Comunidade Global de Futuro Compartilhado.

A ISG possui seis princípios fundamentais:

1. Estar comprometido com uma visão "comum, abrangente, cooperativa e sustentável de segurança".
2. Respeitar a soberania e a integridade territorial de todos os países.
3. Promover os propósitos e princípios da Carta da ONU.
4. Levar em conta as legítimas preocupações de segurança de todos os países.
5. Estar comprometido com a solução pacífica das controvérsias entre países.

6. Promover a segurança, tanto contra ameaças tradicionais, quanto não tradicionais (citando explicitamente terrorismo, mudanças climáticas, cibersegurança e biossegurança).

Interessante notar que esses princípios, elaborados quando o conflito da Ucrânia já estava em curso, apresentam dois itens relacionados aos interesses, tanto chineses, quanto russos e ucranianos. Ao destacar o respeito à soberania e integridade territorial de todos os países, há um claro alinhamento com o interesse ucraniano, afinal sua soberania foi desrespeitada e seu território foi invadido. Entretanto, ao citar as "legítimas preocupações de segurança de todos os países", se está a fazer uma ligação com a narrativa russa de que a expansão da OTAN configura um risco à segurança da Rússia.

Para atender a esses princípios, os chineses propõem 20 pontos de possível cooperação com outros países:

1. Participar ativamente da agenda para a paz da ONU, apoiando-a e fortalecendo-a nas suas missões de paz;
2. Promover a cooperação e a coordenação entre as grandes potências, favorecendo a estabilidade e a coexistência pacífica.
3. Fortalecer a compreensão de que "uma guerra nuclear não pode ser vencida".
4. Implementar integralmente as resoluções e convenções da ONU sobre armas nucleares, químicas e biológicas.
5. Promover a solução política de questões e diferenças regionais entre os países, destacando o respeito à não interferência em assuntos internos de outros países.
6. Apoiar e aperfeiçoar o mecanismo de cooperação e segurança da ASEAN.
7. Implementar a Proposta de 5 Pontos para a paz e a estabilidade no Oriente Médio.
8. Apoiar as iniciativas dos países africanos, da União Africana e de Organismos sub-regionais em seus esforços para resolver conflitos regionais, combater o terrorismo

e garantir a segurança das vias marítimas de comunicação.

9. Apoiar os países latino americanos e do caribe no atingimento dos compromissos expressos na Proclamação da América Latina e do Caribe como uma Zona de Paz.
10. Prestar a devida atenção às legítimas preocupações dos países insulares do Pacífico acerca das mudanças climáticas e dos desastres naturais.
11. Fortalecer o diálogo e a cooperação para o combate aos ilícitos praticados no mar, como a pirataria.
12. Fortalecer o papel central da ONU no combate ao terrorismo.
13. Aprofundar a cooperação internacional no campo da segurança da informação.
14. Fortalecer o gerenciamento de riscos na área de biossegurança.
15. Fortalecer a governança internacional da Inteligência Artificial, regulando sua utilização com fins militares.
16. Fortalecer a cooperação internacional acerca de questões espaciais, protegendo a ordem internacional naquele domínio de acordo com as leis internacionais.
17. Apoiar a Organização Mundial da Saúde em seu papel de liderança global para o gerenciamento e coordenação dos esforços globais no enfrentamento de pandemias.
18. Promover a segurança alimentar e energética no mundo.
19. Implementar efetivamente a Convenção da ONU para o enfrentamento do Crime Organizado Transnacional.
20. Apoiar a cooperação internacional para o enfrentamento dos efeitos das mudanças climáticas e a implementação da Agenda 2030 da ONU para o Desenvolvimento Sustentável.

Por fim, o documento propõe cinco “plataformas de engajamento e cooperação”.

1. Trabalhar firmemente em todas as instâncias da ONU para firmar consensos para solucionar as questões de segurança existentes no mundo.

2. Promover o papel de vários organismos regionais multilaterais – o BRICS é citado, dentre outros asiáticos – para a promoção da paz e da estabilidade regionais.
3. Promover reuniões bilaterais e multilaterais para tratar dos assuntos tratados pela ISG.
4. Promover fóruns para discussão de assuntos de segurança, reunindo governos, think tanks e academia para a discussão de temas de segurança. (o documento cita o fórum de Xiangshan, o equivalente chinês ao Shangri-la Dialogue).
5. Encorajar mais trocas entre os países, para estimular a cooperação e a busca de solução para desafios de segurança. (o documento fala em abrir 5 mil vagas na China para treinamento na área de segurança).

5. Conclusão

A análise dos três documentos-chave da Grande Estratégia da China – “Comunidade Global de Futuro Compartilhado”, “Iniciativa Cinturão e Rota” e “Iniciativa de Segurança Global” – revela um esforço intencional e coordenado para moldar a ordem internacional de acordo com os interesses e valores chineses. Esses documentos refletem uma visão abrangente e ambiciosa, integrando dimensões econômicas,

políticas e de segurança para promover a ascensão da China como uma potência global.

Primeiramente, a “Comunidade Global de Futuro Compartilhado” apresenta uma visão idealista e cooperativa, onde a China se posiciona como uma defensora de uma nova ordem internacional baseada na equidade, justiça e respeito mútuo. O documento enfatiza a interdependência entre as nações e propõe soluções globais para desafios comuns, promovendo uma globalização mais inclusiva e sustentável. A retórica utilizada busca atrair apoio internacional e legitimar a liderança chinesa no cenário global, propondo um novo modelo de globalização que supere as falhas do sistema atual.

A “Iniciativa Cinturão e Rota” (ICR) é uma manifestação prática dessa visão, focada na criação de infraestrutura e na promoção do comércio entre a China e outras nações. Através de investimentos massivos e cooperação internacional, a ICR busca fortalecer as conexões econômicas e políticas da China com diferentes regiões do mundo. A iniciativa é apresentada como uma plataforma para o desenvolvimento mútuo, promovendo uma narrativa de benefícios compartilhados e cooperação ganha-ganha. Contudo, é evidente que a ICR também serve como um instrumento estratégico para expandir a influência chinesa e consolidar seu poder econômico e político globalmente.

A “Iniciativa de Segurança Global” (ISG) complementa essas estratégias, abordando questões de segurança de forma abrangente e propondo um modelo de cooperação internacional que privilegia o diálogo e a resolução pacífica de conflitos. A ISG reforça os princípios da Carta da ONU e promove a segurança coletiva, enfatizando a importância de enfrentar ameaças tanto tradicionais quanto não tradicionais. Através de uma série de propostas práticas e plataformas de engajamento, a China busca posicionar-se como uma força estabilizadora e um líder responsável na arena internacional, promovendo uma visão de segurança que reflete seus próprios interesses e valores.

Em conjunto, esses documentos demonstram uma Grande Estratégia chinesa que busca moldar a ordem internacional de maneira que favoreça seus objetivos estratégicos de longo prazo. Através da coordenação intencional de meios econômicos, políticos e de segurança, a China está implementando uma estratégia abrangente para aumentar sua influência global e promover uma nova ordem internacional que reflita suas aspirações e valores. A retórica de cooperação e benefícios mútuos, embora atraente, deve ser analisada bastante criticamente, considerando as implicações estratégicas e os interesses subjacentes da China.

Especialmente para o Brasil, a adesão às propostas chinesas deve ser sopesada, uma vez que a movimentação chinesa não pode ser apartada da competição sistêmica em curso entre a China e os EUA. O Brasil, único país do hemisfério ocidental a compor os BRICS, e líder natural na América do Sul, já tem na China seu maior parceiro comercial. Caso caminhe em direção a uma maior aproximação estratégica com a China, estará sujeito a pressões diretas e indiretas e cada vez mais intensas por parte dos EUA.

A ascensão da China como uma potência global e suas tentativas de reconfigurar a ordem internacional são vistas com desconfiança por diversas nações, especialmente no Ocidente. A capacidade da China de efetivamente transformar sua visão em realidade dependerá de sua habilidade em navegar essas complexidades e construir alianças que sustentem suas iniciativas. Portanto, enquanto os documentos analisados revelam uma estratégia clara e bem articulada, a trajetória futura da China no cenário internacional permanece incerta e sujeita a múltiplas variáveis.

REFERÊNCIAS

ACHARYA, A. From Heaven to Earth: “Cultural Idealism and Moral

Realism as Chinese Contributions to Global International Relations". **The Chinese Journal of International Politics**. v. 12, ed. 4, p 467-497. 2019. Disponível em: https://academic.oup.com/cjip/article/12/4/467/5650487 Acesso em: 20 fev. 2024.

BROOKS, Stephen G., IKENBERRY G. John, WOHLFORTH, William C. (2013) Don't Come Home, America: The Case against Retrenchment. **International Security** 2013; 37 (3): 7–51. doi: https://doi.org/10.1162/ISEC_a_00107

CHINA. State Council Information Office. **A Global Community of Shared Future: China's Proposals and Actions.** 2023. Disponível em: https://english.www.gov.cn/news/202309/26/content_WS6512703dc6d0868f4e8dfc37.html Acesso em 23 maio 2024.

CHINA. State Council Information Office. **The Belt and Road Initiative: A Key Pillar of the Global Community of Shared Future.** 2023b. Disponível em https://english.www.gov.cn/archive/whitepaper/202310/10/content_ WS6524b55fc6d0868f4e8e014c.html Acesso em 23 maio 2024.

DOSHI, R. **The Long Game: China's Grand Strategy to displace American Order**. Oxford University Press. 2021.

FRIEDBERG, A. **Getting China Wrong**. Polity Press. Cambridge. Reino Unido. 2023

LIDDEL HART, Basil. **Fundamentos de Estratégia.** Arzalia Ediciones. Madri. 2023

MEARSHEIMER, J. **The tragedy of great powers politics**. WW Norton. Nova York. 2014.

QIN, Y. **A Relational Theory of World Politics**. Cambridge: Cambridge University Press. 2018

RIBEIRO, Erik H. **Grande Estratégia.** Dicionário de Segurança e Defesa. São Paulo. Editora UNESP Digital. 2018.

YAN, X. **Leadership and the Rise of Great Powers**. Princenton: Princeton University Press. 2019

[1] 1“Zhōnghuá mínzú wěidà fùxīng” – □□□□□□□□. Em inglês, a tradução mais encontrada é “The great rejuvenation of the Chinese nation”. Em português, a tradução indicada nos próprios documentos chineses usa a palavra “revitalização”.

[2] Disponível em https://www.mfa.gov.cn/eng/zxxx_662805/202309/t20230926_11150122.html

[3] Disponível em https://english.www.gov.cn/archive/whitepaper/202310/10/content_WS6524b55fc6d0868f4e8e014c.html

Se você gosta do conteúdo do blog e pode colaborar com sua manutenção, junte-se àqueles que se tornaram apoiadores

clique aqui e saiba como!

Diálogos e divergências em Xangrilá: as Perspectivas de EUA e China sobre a Segurança no Indo-Pacífico

escrito por Paulo Roberto da Silva Gomes Filho | 9 de maio de 2025

Xangrilá é um lugar paradisíaco isolado nos vales montanhosos do Tibete, descrito no livro Horizonte Perdido, de James Hilton, como um lugar onde o tempo parece deter-se, no qual as pessoas vivem vidas extremamente longas em paz e harmonia, distante das turbulências do mundo exterior. Entretanto, as personagens do livro, ante a escolha de permanecer ou não por lá, vivem dilemas morais e filosóficos, o que sugere que a utopia de Xangrilá tem um preço. Mesmo o paraíso oferece complexidades e desafios.

O Hotel Sangri-la, em Cingapura, embora luxuoso, está longe de ser o paraíso. Ele é a sede de uma conferência anual de Segurança da Ásia, conhecida como “Sangri-la Dialogue”, promovida pelo International Institute for Strategic Studies (IISS). A escolha do nome da conferência é evidentemente simbólica e intencional. Se a fictícia Xangrilá de Hilton é um lugar de paz e reflexão, a conferência busca ser um fórum de discussão para a busca de soluções pacíficas para os conflitos na região asiática do Indo-Pacífico.

A conferência deste ano, que acabou de acontecer, ecoou o aumento das tensões na região, consubstanciadas pelo grande exercício militar chinês no entorno da ilha de Taiwan e pelas frequentes escaramuças entre navios chineses e filipinos no Mar do Sul da China.

Conheça a questão taiwanesa em profundidade! Participe do Webinar!

Muita gente importante esteve presente no encontro, realizado entre os dias 31 de maio e 2 de junho. Os presidentes das Filipinas, Ferdinando Marcos Junior, do Timor Leste, José Ramos Horta e da Ucrânia, Volodymyr Zelensky, além da Primeira-Ministra da Lituânia Ingrid Simonyte, e do presidente eleito da Indonésia, Prabowo Subianto, fizeram seus discursos e participaram dos debates. Dentre os vários ministros da defesa presentes, destaco a participação do norte-americano, General Lloyd Austin, e do chinês, Almirante Dong Jun, que se esforçaram para convencer a plateia da validade de seus argumentos, em um ambiente em que o assunto, ao fim e ao cabo, girava em torno das relações EUA-China e seus reflexos para os países da região.

O General Austin, que fez sua décima visita ao Indo-Pacífico desde que assumiu a função de Secretário de Defesa, em 2021, fez questão de destacar que aquela é uma região de fundamental importância para os EUA. Deixou isso muito claro, dizendo que seu país estava profundamente comprometido com os países da região, e que isso não iria mudar.

Ao destacar o período conturbado que o mundo atravessa, referiu-se aos riscos para a segurança global representados pelas mudanças climáticas, pelas pandemias e pelos perigos representados pelo terrorismo e pelas armas nucleares. Lembrou da guerra e da instabilidade no Oriente Médio e da invasão russa à Ucrânia. Mas, de forma significativa, se referiu a “ações na região (do Indo-Pacífico) que erodem o status quo e ameaçam a paz e a estabilidade”. Essa última lembrança foi uma referência nada sutil à China, tanto na questão de Taiwan, quanto nas disputas em curso no Mar do Sul da China.

Austin ressaltou a importância das parcerias estratégicas que, de acordo com sua perspectiva, seriam guiadas não pela imposição da vontade de um único país, mas por uma visão

compartilhada pelos EUA e seus parceiros na região em torno de princípios comuns, uma espécie de senso de mútua responsabilidade, que fortaleceria a capacidade de defesa e a interoperabilidade entre os países da região.

O ministro reafirmou que a região do Indo-Pacífico está “no coração” da Estratégia norte-americana, mesmo em um mundo em que a guerra na Ucrânia e o conflito no Oriente Médio exigem atenção do país. Para ressaltar ainda mais a sua importância, ele afirmou que seu país só pode estar seguro se a Ásia estiver segura. Essa é a razão pela qual os EUA continuarão mantendo sua presença e investimentos na região. Como exemplos, Lloyd citou a realização de diversos exercícios militares, acordos de cooperação e iniciativas conjuntas na área de desenvolvimento de sistemas e materiais de emprego militar que os EUA mantêm com vários países da área, com especial destaque para o Japão, Coreia do Sul, Índia e Filipinas.

Encerrando suas palavras, sem citar nominalmente a China, mas claramente se referindo a ela, Lloyd disse que ainda haverá quem desrespeite as leis internacionais, tentando impor sua vontade pela coerção e pela agressão, mas que os EUA e seus parceiros continuarão a buscar novos pontos de convergência para a construção de um futuro melhor para todos.

Recentemente nomeado ministro da Defesa da China, o Almirante Dong Jun, primeiro oficial da marinha a ocupar o cargo, enfatizou o compromisso dos povos da Ásia-Pacífico com a harmonia e a paz. Entretanto, segundo Dong, esses mesmos povos teriam uma memória compartilhada do sofrimento e da opressão impostos pelo colonialismo e pelo imperialismo.

Por essa razão, os países da região concedem uma grande importância à sua independência, rejeitando relações de vassalagem ou de submissão a blocos de países que levem à confrontação. Dessa forma, segundo o almirante, os países asiáticos desejariam conviver com uma ordem internacional igualitária e multipolar.

A linha de raciocínio do ministro chinês prossegue no sentido de mostrar que os países da região têm plenas condições de resolver suas questões de forma autônoma, sem receber ordens de países hegemônicos, em clara referência ao que os chineses consideram ser uma intromissão indevida dos EUA nas questões regionais.

Dong apresenta as iniciativas chinesas de “Desenvolvimento Global”, em conjunto com as iniciativas de “Segurança Global” e de “Civilização Global” como propostas de visão de um futuro compartilhado para toda a humanidade, que pode levar a um mundo de paz e desenvolvimento.

Dizendo que uma guerra nuclear não pode ser vencida e nunca deve ser travada, o ministro reafirmou o compromisso da China de nunca utilizar seu armamento nuclear a não ser como resposta a um ataque, ou seja, de nunca ser o primeiro a utilizar esse tipo de arma contra um inimigo.

Referindo-se aos conflitos da Ucrânia e do Oriente Médio, o almirante afirmou que a China se coloca de forma imparcial, na busca de uma solução pelo diálogo. Em relação aos EUA, disse que as duas partes não deveriam buscar a confrontação e deveriam valorizar a paz, promover a estabilidade e agir de

boa-fé, atitudes que aumentariam a confiança mútua.

Conheça as obras da Artista Plástica Wanda Endres

Dong reafirmou que a questão de Taiwan é central para a China e criticou as ações do partido no poder na ilha, acusando-o de tentativas de suprimir a identidade chinesa e de minar as conexões sociais, históricas e culturais entre taiwaneses e chineses. Referindo-se de forma velada aos EUA, acusou o país vender armas e de ter contatos ilegais com o governo de Taiwan, o que eleva as tensões no Estreito, criando uma situação perigosa. Lembrou que a questão é um problema exclusivamente chinês, em relação ao qual não se admite interferência estrangeira, e que, apesar da China buscar uma reunificação pacífica, que as forças armadas do país permaneceriam em condições de impedir que a ilha busque a independência.

Em relação às disputas no Mar do Sul da China, o ministro da defesa da China disse que “um determinado país”, em clara referência às Filipinas, “encorajado por potências externas, quebrou acordos bilaterais e as suas próprias promessas, fez provocações premeditadas e criou cenários falsos para enganar o público”. Além disso, ao autorizar os EUA a desdobrarem

mísseis em seu território, teria violado a carta da ASEAN, prejudicando a paz e a estabilidade da região. Nesse sentido, Dong afirmou que “a China tem exercido grande contenção face a tais infrações e provocações”, mas que havia um limite à essa restrição, esperando que as Filipinas “retornassem ao caminho correto do diálogo”.

Como se pode inferir das participações dos ministros da defesa de EUA e China na Conferência do Hotel Shangri-lá, os dois países possuem visões estratégicas concorrentes no que se refere à estabilidade, segurança e cooperação na região do Indo-Pacífico.

Enquanto Austin propõe uma rede de parcerias estratégicas liderada pelos EUA com os países da região, com o objetivo de solidificar uma postura de força coletiva, Dong promove uma visão de segurança regionalizada e autônoma, ressaltando a capacidade dos países da região de resolverem suas questões sem interferência externa.

Ambas as autoridades atribuem importância ao multilateralismo, entretanto, atribuem a seus respectivos países uma posição de liderança, nem sempre expressa com clareza, mas claramente presente nas entrelinhas dos discursos, caracterizando a disputa hegemônica em curso entre os dois países.

Nas principais questões geopolíticas envolvendo a China na região, referentes à Taiwan e ao Mar do Sul da China, enquanto Austin se posiciona de maneira velada contra ações que ele vê como ameaçadoras à paz regional por parte da China, Dong refuta essas alegações, reiterando o direito da China à soberania e à integridade territorial.

Dessa forma, fica claro que Austin e Dong representam duas abordagens distintas que refletem os interesses e as políticas externas de seus respectivos países. Conclui-se que a busca por pontos de convergência, como sugerido por Austin, e a disposição para diálogo, enfatizada por Dong, são essenciais

para o desenvolvimento de uma paisagem geopolítica mais estável e pacífica no Indo-Pacífico.

Se você gosta do conteúdo do blog e pode colaborar com sua manutenção, junte-se àqueles que se tornaram apoiadores

clique aqui e saiba como!

A posse do novo presidente de Taiwan aumenta as tensões na Ásia

escrito por Paulo Roberto da Silva Gomes Filho | 9 de maio de 2025

O discurso anual do primeiro-ministro da China ao Congresso Nacional do Povo, feito em março, durante as chamadas “Duas Sessões”, é acompanhado atentamente pelos analistas, pois constitui uma rara oportunidade para se identificar as prioridades e tendências políticas que nortearão as ações do governo chinês.

Não foi diferente neste ano, ainda mais em razão de ser o discurso inaugural do primeiro-ministro Li Qiang, que assumiu suas funções no ano passado. Dentre os diversos aspectos mencionados por Li, as relações da China com a ilha de Taiwan se destacaram.

A reunificação com Taiwan, ilha que possui governo autônomo

mas é vista como província rebelde pela China, é um objetivo inegociável para o governo chinês. No entanto, o tema não é frequente nesses discursos. Em uma década, só foi mencionado em 2022, pelo então primeiro-ministro Li Keqiang.

Uma diferença crucial entre os dois discursos chamou atenção. Em 2022, Keqiang fez referência à “reunificação pacífica” de Taiwan à China continental. Neste ano, as palavras de Qiang foram praticamente as mesmas, no sentido de conclamar os presentes a “promoverem resolutamente a grande causa da reunificação do país e defenderem os interesses fundamentais da nação chinesa”. Entretanto, a expressão “reunificação pacífica”, diferentemente de 2022, não apareceu.

A omissão não passou despercebida pelos analistas e repercutiu na imprensa. Ainda mais dado o contexto atual das relações entre a ilha e o continente. Hoje, 20 de maio, “William” Lai Ching-te toma posse como novo presidente de Taiwan. Considerado separatista pelos chineses, sua eleição irritou as autoridades do país, que durante a campanha alertaram os taiwaneses para que não o escolhessem. Os chineses identificam indícios de uma postura separatista nos vários contatos internacionais feitos pelas lideranças do partido de Lai com autoridades estrangeiras.

A pressão chinesa sobre a ilha de Taiwan vem aumentando, tanto pela utilização de meios ostensivamente militares quanto pela adoção de táticas dissimuladas. Assim, ao mesmo tempo em que há o constante sobrevoo de aeronaves militares e a presença de navios de guerra ultrapassando a linha mediana do Estreito de Taiwan, que, historicamente, funcionava como um limite tácito entre ambos os lados, também há um exponencial aumento da presença de barcos civis chineses no entorno da ilha, ou de balões sobrevoando seu espaço aéreo. Essa escalada visa a sobrecarregar as defesas da ilha, normalizando o que seria extraordinário, para que, quando (e se) uma invasão vier, ela não seja facilmente distinguível dos acontecimentos do dia a dia.

A importância econômica e geopolítica de Taiwan vem aumentando no contexto das mudanças em curso no sistema internacional. A produção de semicondutores é uma questão a se destacar. Na ilha, são produzidos cerca de 50% do total global de chips, além de em torno de 90% dos chips mais avançados. Uma interrupção na produção de semicondutores, mesmo breve, devido a um conflito armado, provocaria uma crise econômica grave com impacto mundial, semelhante ao auge da pandemia de covid-19. Se a produção continuasse, mas sob controle chinês, tal cenário seria estrategicamente inaceitável para os Estados Unidos.

Conheça a obra da artista plástica Wanda Endres

O general Douglas MacArthur, comandante das forças aliadas no Teatro do Pacífico durante a 2.ª Guerra Mundial, afirmou que Taiwan era “um porta-aviões que não poderia ser afundado”. A intenção do general ao usar a metáfora foi a de destacar a enorme importância geoestratégica da ilha para a dinâmica da disputa geopolítica no leste da Ásia. A ilha serviu de trampolim ao império japonês para suas conquistas em direção ao Sudeste Asiático. Depois disso, a partir de 1949, Taiwan serviu à estratégia da contenção norte-americana, uma vez que, em conjunto com a península coreana, as ilhas do Japão e as Filipinas, todas áreas sob a influência dos EUA, conforma uma linha de contenção a dificultar a saída da China para o Pacífico.

A importância de Taiwan transcende os interesses estratégicos de EUA e China, sendo também vital para outros países, como por exemplo o Japão, que tem disputas territoriais com os chineses. O reflexo da percepção japonesa do agravamento do risco geopolítico fica claro com o aumento do orçamento de Defesa de 2023 para 2024 em 16,5%, além da previsão de contínuo crescimento até 2027.

As crises internacionais, como a invasão russa à Ucrânia e o conflito entre Hamas e Israel, juntamente com outros conflitos globais, podem desviar a atenção sobre o que ocorre em Taiwan. No entanto, os desafios enfrentados pela ilha, embora sejam de extrema importância para seus habitantes, transcendem uma mera questão local. Eles constituem um equilíbrio delicado com implicações globais. A situação geopolítica em Taiwan é de vital importância e tem o potencial de se agravar rapidamente, gerando consequências em escala mundial, inclusive afetando o Brasil.

Se você gosta do conteúdo do blog e pode colaborar com sua manutenção, junte-se àqueles que se tornaram apoiadores

clique aqui e saiba como!

OITOCENTOS DIAS DE GUERRA NA UCRÂNIA

escrito por Paulo Roberto da Silva Gomes Filho | 9 de maio de 2025

Ontem, dia 03 de maio de 2024, a guerra na Ucrânia completou oitocentos dias. Essas efemérides, embora não tenham nenhuma importância prática nos campos de batalha, convidam à reflexão sobre o desenrolar dos acontecimentos.

No campo tático/operacional, especialmente na frente Oriental,

o momento é favorável aos russos, que pressionam a frente e obtêm ganhos territoriais de forma lenta, mas constante. Analistas do *Black Bird Group*, da Finlândia, a partir do estudo de fotografias de satélites, concluíram que, se entre 01 de junho e 01 de outubro do ano passado os russos perderam a posse de 414,26 Km^2 de território ocupado na Ucrânia, a maré virou em 2024. De 01 de janeiro deste ano a 02 de maio, os russos recuperaram uma área equivalente à perdida em 2023, mas com alguma sobra: 432,3 Km^2, a maior parte na região de Donetsk.

O esforço do povo ucraniano de se contrapor à invasão de seu território por um exército russo muito maior, e dotado de vastos recursos bélicos, está cobrando um preço muito alto. A carência de pessoal nas fileiras do exército ucraniano é grave. Embora o presidente Zelensky recentemente tenha anunciado em 31 mil o número de soldados mortos em combate, serviços de inteligência ocidentais acreditam que esse é um número muito subestimado, tendendo a ser, provavelmente, mais que o dobro dessa quantidade. Para tentar repor essas baixas em suas fileiras, o país mudou suas leis de recrutamento, reduzindo a idade elegível para o serviço militar de 27 para 25 anos. Zelensky também pediu aos governantes ocidentais que encorajassem os ucranianos em idade de prestação do serviço militar que estejam refugiados em seus países, a voltarem à Ucrânia.

Aproveite as ofertas de Dia das Mães da Amazon, compre com desconto e receba em casa!

Ao problema da falta de pessoal se soma a carência de armas e munições. Os quase seis meses de interrupção de ajuda militar por parte dos EUA diminuíram de forma muito importante as capacidades militares do exército ucraniano, especialmente suas capacidades de defesa antiaérea e de realização de fogos com sua artilharia de campanha. A recente aprovação, pelo congresso americano, da ajuda de US$ 61 bilhões se deu em um momento verdadeiramente crítico para os ucranianos e, embora se tenha anunciado que essa ajuda já começa a se materializar com a chegada de armas e munições à Ucrânia, ainda levará um bom tempo para que todo esse dinheiro se materialize em poder de combate real, no terreno.

Os russos, por sua vez, embora também estejam sofrendo pesadas baixas, têm uma capacidade muito maior do que a Ucrânia de repor seus efetivos militares. Isso passa tanto por uma base populacional muito maior – a Rússia possui 144 milhões de habitantes, enquanto a Ucrânia possuía, antes da guerra, cerca de 42 milhões – quanto por uma maior aceitação de risco por parte dos seus planejadores militares, que não hesitam em seguir em frente e manter operações ofensivas mesmo em face de pesadas baixas.

No que concerne aos suprimentos de armas e munições, a Rússia conseguiu alcançar um equilíbrio logístico graças à imposição de um regime de economia de guerra, com sua base industrial de defesa trabalhando em um regime de três turnos, 24 horas por dia, e às importações da Coreia do Norte e do Irã.

Essas condições, no momento em que a primavera e a aproximação do verão melhoram a transitabilidade do Teatro de Operações, levam muitos analistas a prever o desencadeamento de uma nova ofensiva russa, cujos objetivos ainda não estão claros. Talvez se restrinjam a tentar conquistar a integralidade dos territórios das quatro províncias ucranianas anexadas formalmente pela Rússia: Lugansk, Donetsk, Kherson e Zaporizhzhya, ou talvez tenha objetivos mais ambiciosos, com a conquista de novos territórios ucranianos. Preparando-se para essa possibilidade, as forças ucranianas já estão há algum tempo a preparar novas posições defensivas em profundidade.

No campo diplomático, o fato da balança da guerra, em 2024, estar pendendo para o lado russo está por trás de uma importante mudança recente no discurso dos aliados europeus da Ucrânia: a possibilidade de utilização de equipamentos fornecidos pela OTAN para ataques em profundidade sobre alvos no interior do território russo. Esse uso vinha sendo vetado pela aliança ocidental desde o início da guerra, em razão do temor de causar uma escalada do conflito que levasse a um enfrentamento direto entre a Rússia e a OTAN. Entretanto, o ministro das relações exteriores do Reino Unido, David Cameron, deu essa permissão acerca dos sistemas de armas fornecidos pela Grã-Bretanha. Além de Cameron, outras lideranças europeias começam a se manifestar no mesmo sentido. O presidente francês Emmanuel Macron também tem subido o tom de sua retórica, afirmando que a França não descarta o envio de tropas em socorro à Ucrânia caso a manutenção da soberania ou a própria sobrevivência daquele país esteja e risco. Britânicos e franceses se comprometeram ainda a ajudar com bilhões de euros no esforço de guerra ucraniano.

Essa maior assertividade na retórica dos líderes europeus vem acompanhada de uma conscientização de que seus países devem confiar cada vez mais em si mesmos e nas alianças forjadas dentro da própria Europa, dependendo menos do guarda-chuvas dissuasório oferecido pelos Estados Unidos, principal membro da OTAN. Nesse sentido, o presidente Macron disse, em discurso na universidade de Sorbonne, que “a Europa pode morrer”. O presidente francês acrescentou, em entrevista à revista The Economist, que “se a Rússia vencer na Ucrânia não haverá segurança na Europa”. “Quem garante que a Rússia irá parar na Ucrânia? Que segurança poderiam ter países como Moldávia, Romênia, Polônia, Lituânia e outros países vizinhos?” foram as perguntas feitas por Macron.

Ainda no campo diplomático, Suíça e Ucrânia anunciaram a realização de uma conferência de paz, a se realizar na Suíça, nos dias 15 e 16 de junho. Mais de cem países já foram convidados. Entretanto, como a Rússia não deve participar do evento, uma vez que acusa a Suíça de ter abandonado sua histórica neutralidade em favor da Ucrânia, é muito provável que outros países – especialmente aqueles do chamado “Sul Global” – se recusem a participar.

Assim, neste momento em que a invasão russa à Ucrânia completa 800 dias, nada indica que a guerra esteja próxima de um

término. Se, de um lado, a Ucrânia claramente não possui, nas condições atuais, poder de combate suficiente para expulsar o invasor de seu território, por outro lado, os russos dificilmente encontrarão facilidade em obter novos ganhos territoriais enquanto os ucranianos continuarem a receber apoio dos EUA e da Europa. O que se pode prever é a manutenção de uma guerra de atrito, acompanhada de uma intensificação nos bombardeios aeroestratégicos de ambos os lados, buscando alvos de valor estratégico, como fábricas, centrais elétricas, pontes importantes, entroncamentos ferroviários etc.

Essa previsão vale até as eleições nos EUA, em novembro. Caso Donald Trump vença, é provável que o apoio americano à Ucrânia mingue consideravelmente. Se isso acontecer, a Rússia estará em uma posição de força para impor uma paz nos seus termos. A menos que a Europa compre a briga ucraniana. Em qualquer das hipóteses, infelizmente para as populações direta e indiretamente flageladas pela guerra, a paz ainda está muito longe.

Se você gosta do conteúdo do blog e pode colaborar com sua manutenção, junte-se àqueles que se tornaram apoiadores

clique aqui e saiba como!